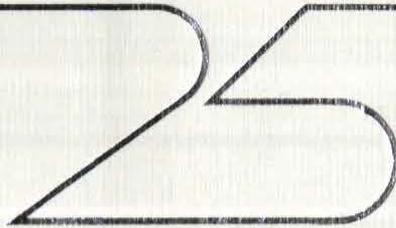


Relatório de Atividades BNDE, 1977

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

BRN
DE



INUS

RELATÓRIO DAS
ATIVIDADES/1977

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PRESIDENTE

Marcos Pereira Vianna

CONSELHEIROS

Arnaldo Rodrigues Barbalho
Ernane Galvêas
Hélio Marcos Penna Beltrão
Humberto Esmeraldo Barreto
José Carlos Soares Freire
Lycio de Faria
Marcílio Marques Moreira
Maurício Schulman
Roberto Cavalcanti de Albuquerque

DIRETORES

Afonso José Guerreiro de Oliveira
Alberto dos Santos Abade
Gilvan de Oliveira Azevedo
Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues
Roberto Procópio de Lima Netto

GERENTES-EXECUTIVOS

Amaury José Leal Abreu
Armando Fabiano Casado de Alencar
José Ribamar Santos de Lima
Leyre Ponti

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Abelardo Rodrigues Fernandes Chaves
Geraldo de Castro
Lourenço Guimarães Monteiro

Suplentes

Raymundo Afonso Netto
Regina Lúcia Reis Duboc
Pedro Kosinski

BN
DE

25
ANOS

RELATÓRIO DAS
ATIVIDADES/1977

Sumário

Apresentação
25 Anos de BNDE
O BNDE e a Economia Nacional
Desempenho em 1977
Subsidiárias e
Entidade Vinculada
Perspectivas para 1978
Análise Econômico-Financeira
Balanço

Apresentação

Ao longo de 25 anos de atuação, o BNDE demonstrou ser um instrumento eficiente de alocação de poupança, mantendo a vitalidade necessária à percepção das mudanças por que passa a economia do País e dos conseqüentes ajustes na política de financiamento. No ano em que comemorou o primeiro quarto de século de existência, desempenhou-se de forma a acentuar o significado de seu papel no processo brasileiro de desenvolvimento.

Alinhando-se entre os órgãos de Governo mobilizados para fornecer suporte aos investimentos em insumos básicos e bens de capital, consolidou em 1977 resultados de uma ação iniciada anteriormente, contribuindo para a concretização de empreendimentos relevantes nos setores citados, além de continuar apoiando substancialmente outros segmentos produtivos. Ademais, coerente com seu comportamento histórico, dedicou-se à análise prospectiva da economia brasileira, procurando não retardar a oferta de um apoio adequado à intensa evolução do País. Assim, através de seu Sistema de Planejamento Integrado, formulou programas setoriais que, à luz das diretrizes governamentais, expressam as prioridades identificadas como inerentes ao desenvolvimento econômico e social da Nação, e incluídas em sua órbita de ação.

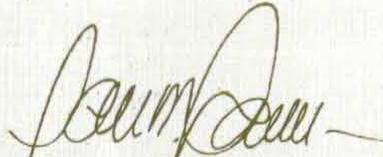
As atividades operacionais de 1977 apresentaram saldos altamente favoráveis, conforme indicam os dados deste Relatório, cabendo destacar o aumento de 51% no valor dos desembolsos do Sistema BNDE (Banco, FINAME,

EMBramec, FIBASE e IBRASA).

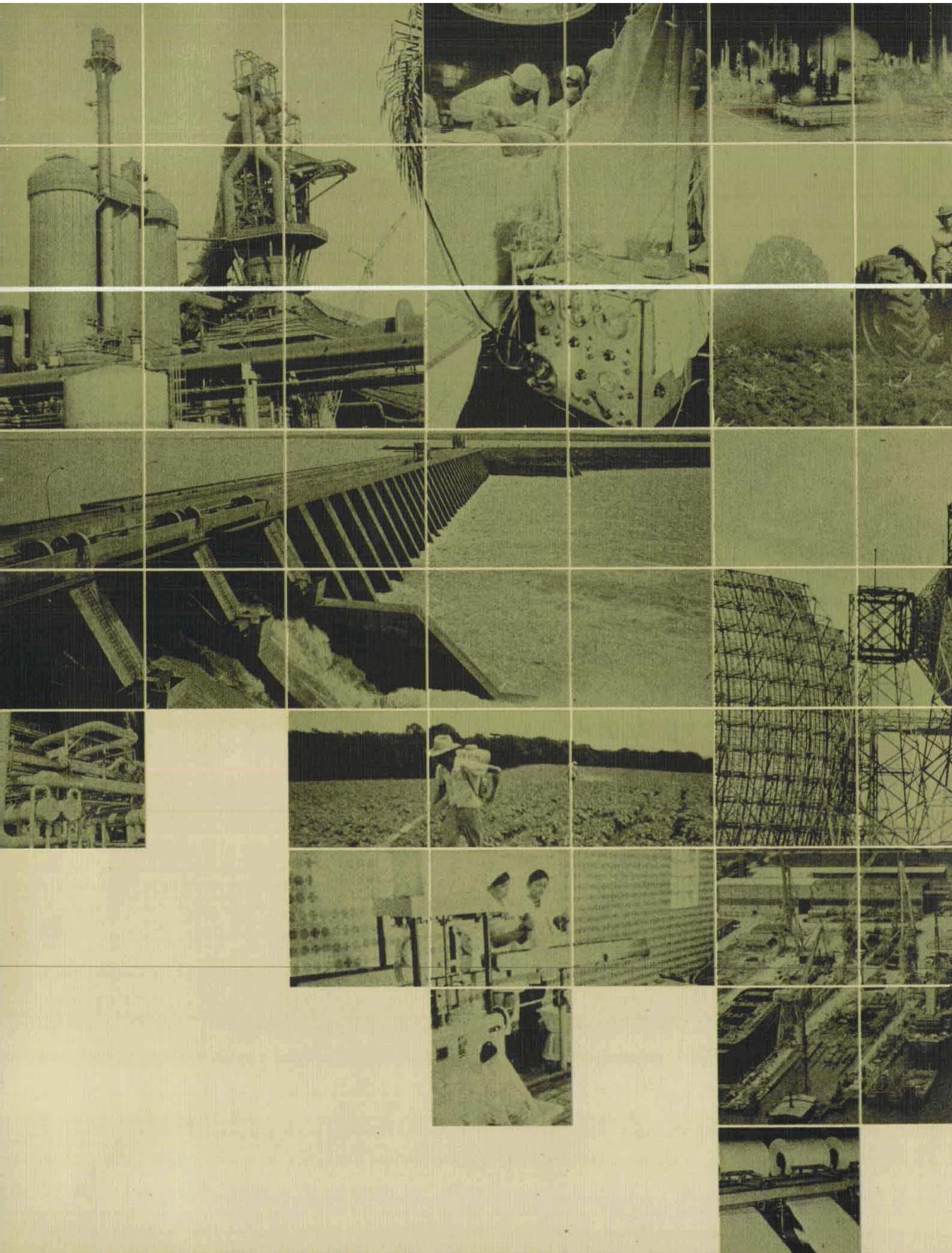
Tal performance foi viabilizada pelo dinamismo do empresariado privado nacional e graças ao apoio complementar das entidades financeiras que compõem a rede de agentes repassadores, os bancos de desenvolvimento e de investimento.

Por outro lado, a agilidade operacional do Sistema BNDE permitiu a integração entre o gênero de colaboração demandada e o conjunto instrumental oferecido. Neste sentido prosseguiu, em 1977, a tendência em diversificar e descentralizar sua atuação, mediante os repasses aos agentes, a participação acionária, o financiamento e acionista, o crédito a longo prazo para comercialização de equipamentos, além do financiamento usual a diversos propósitos empresariais, tais como implantação e acréscimo de capacidade instalada, modernização gerencial, formação de capital de giro, saneamento financeiro e capacitação tecnológica.

A análise deste Relatório de Atividades permite não só avaliar o desempenho passado como, também, antever o vulto do desafio em perspectiva, pois, à medida que o País caminha para estágios mais avançados de maturidade, aumentam a dimensão e a complexidade do papel naturalmente atribuído ao BNDE.



Marcos Pereira Vianna
Presidente



Ao longo dos seus 25 anos de existência, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico tem participado ativamente das etapas mais importantes do processo que permitiu ao País alcançar seu atual estágio de desenvolvimento. A atuação do Banco — desde a sua fundação, em 1952, aos dias de hoje, quando o BNDE e suas subsidiárias prestam decisivo apoio à empresa privada nacional — retrata uma fase da história da economia brasileira marcada pela industrialização, pelo crescimento da agricultura e pela substituição de importações. A importância desse período poderá ser avaliada nas páginas seguintes, em que a história do BNDE se confunde com a do próprio desenvolvimento sócio-econômico do País.

BNDE
25
ANOS



25 Anos de BNDE

As Origens

Principal agência de execução da política de investimentos do Governo federal, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico tem como objetivo estratégico permanente financiar projetos industriais capazes de render o máximo de benefícios sociais. Suas aplicações se voltam, portanto, para o desenvolvimento no sentido amplo, integrado, que inclui crescimento econômico com aperfeiçoamentos estruturais e melhoria do bem-estar social de todas as camadas da população, em todo o território nacional.

Criado a 20 de junho de 1952, o BNDE nasceu da decisão do Governo de executar um plano orgânico de reaparelhamento de serviços básicos de infra-estrutura — transportes ferroviários, energia e portos — que representavam então fatores de inibição do desenvolvimento da economia nacional, impedindo a utilização adequada dos meios de produção e dos recursos naturais.

Novas perspectivas se abriam à economia nacional, no pós-guerra, mas impunham mudanças profundas: a Segunda Guerra Mundial havia contribuído para consolidar avanços anteriores da indústria, no Brasil. A industrialização ganhava assim prioridade na política governamental e deixava de ser apenas consequência da crise externa, como ocorrera por ocasião da Primeira Guerra Mundial e da depressão dos anos 30.

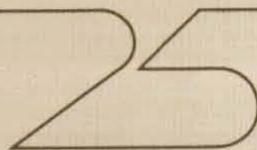
Nesse quadro, os segmentos industriais que ainda predominavam

no País no início da década de 50 eram o têxtil e o alimentar, aparecendo logo em seguida o químico e o metalúrgico. Voltado mais para a produção de bens de consumo não duráveis, o setor industrial tinha diante de si o desafio de se entregar a um esforço de ampliação e amadurecimento.

Impunha-se a criação da indústria de base, dada a necessidade de substituir a importação de bens de consumo duráveis.

A nova fase de expansão do setor secundário esbarrava, contudo, na carência de infra-estrutura: a produção energética atingira um ponto crítico de insuficiência; o sistema de transporte ferroviário e rodoviário era escasso e inadequado para atender às necessidades de novo surto de industrialização; e o sistema de navegação, já envelhecido, era servido por portos mal aparelhados.

Na necessidade constatada pelo Governo no sentido de dotar o País de um parque industrial genuinamente brasileiro está a gênese do BNDE. Os recursos que um projeto de tal envergadura exigia levaram à criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que, integrada por técnicos dos dois países, indicaria soluções para os dois problemas básicos: a criação de uma infra-estrutura adequada no setor de serviços e a importação dos equipamentos que a indústria nacional não estava em condições de produzir.



A Comissão, criada em dezembro de 1950 e instalada no ano seguinte, sugeriu duas fontes de recursos: uma de origem externa, obtida por meio de financiamentos para a importação de equipamentos, e outra de origem interna, que não poderia, contudo, ser fornecida apenas pelos mecanismos tributários convencionais.

A solução encontrada pelo Governo federal, com a Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951, foi lançar um empréstimo compulsório sobre pessoas físicas e jurídicas — como adicional ao Imposto de Renda — que passou a formar o Fundo do Reparcelamento Econômico.

O passo seguinte foi a criação de um agente do Governo que se encarregaria de todas as operações financeiras relacionadas com o Programa de Reparcelamento Econômico. O agente foi criado pela Lei 1.628, de 20 de junho de 1952: o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Não foi apenas o quadro da economia do País no início da década de 50 que fez surgirem as condições necessárias à criação do BNDE. Outro fator que também contribuiu para sua criação foi o aprimoramento do arcabouço teórico sobre desenvolvimento econômico manifestado após a Segunda Guerra Mundial. O avanço dos conhecimentos teóricos sobre desenvolvimento econômico abriu aos países não industrializados novas perspectivas para romper as barreiras do atraso. Os conceitos que se disseminaram pelo mundo

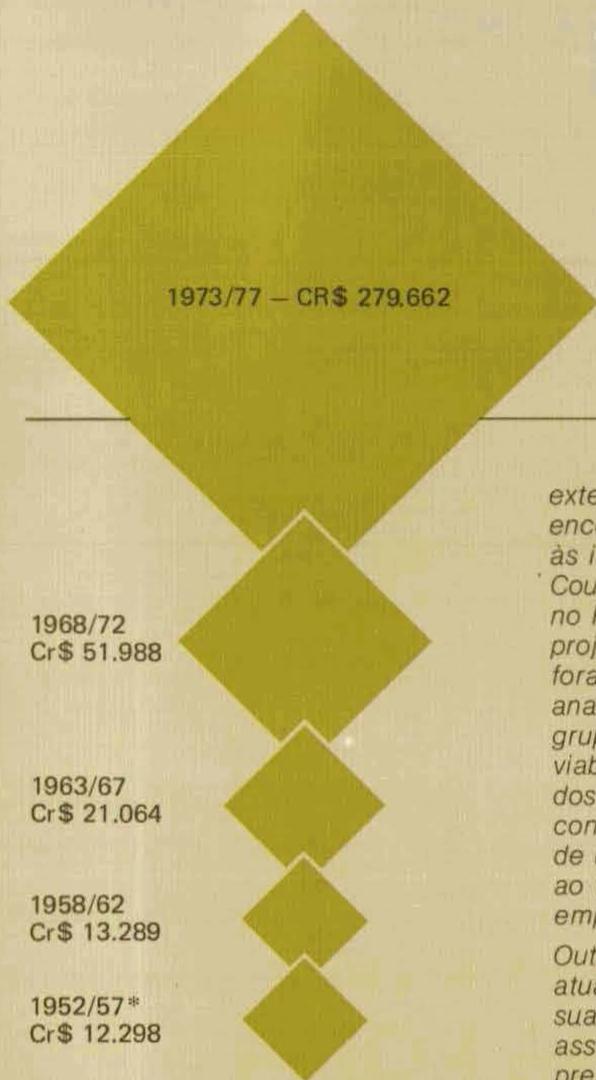
desencadearam programas práticos destinados a libertar os países pobres de suas principais dificuldades nos setores econômico e social.

Os Primeiros Passos

Em sua fase inicial, quando atuou como pólo formulador da política nacional de desenvolvimento econômico, o BNDE financiou os grandes projetos voltados para a eliminação dos pontos de estrangulamento da economia localizados na infra-estrutura. Nos primeiros anos os setores que mais absorveram seus recursos foram os de transporte e energia elétrica.

A Estrada de Ferro Central do Brasil, que mais tarde seria absorvida pela Rede Ferroviária Federal, obteve o primeiro financiamento concedido pelo BNDE. O crédito foi aplicado em um projeto que incluía desvios no trecho de Belo Horizonte; substituição de vagões por outros de fabricação nacional; e remodelação de linhas principais de carga e passageiros entre Rio, São Paulo e Belo Horizonte. A substituição de vagões na então EFCB por outros com o maior índice possível de nacionalização já indicava uma vocação e uma predestinação do BNDE: o apoio firme à fabricação de produtos que o País pode deixar de importar, com a conseqüente economia de divisas, o fortalecimento da indústria nacional e uma posição mais favorável ao País, em seu balanço de pagamentos.

A atuação do BNDE concorreu para que, desde logo, se reduzissem os dispêndios com as aquisições no



EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO SISTEMA BNDE – 1952/77

Cr\$ milhões de 1977

* Criado e implantado em 1952, o BNDE realizou apenas uma operação naquele ano.

exterior: tanto quanto possível, as encomendas passaram a ser feitas às indústrias nacionais.

Coube ao BNDE também introduzir no País o moderno conceito de projeto industrial. Seus técnicos foram pioneiros na prática de analisar projetos: reunidos em grupos de trabalho, verificavam a viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos e consideravam as prioridades, antes de um parecer, favorável ou não, ao financiamento pleiteado pela empresa.

Outro traço característico da atuação do BNDE, desde o início de suas atividades, foi orientar sua assistência financeira para objetivos previamente fixados segundo as necessidades da evolução econômica e social do País e levando em conta, igualmente, as modificações impostas pela economia mundial. Tais objetivos, uma vez escolhidos, são submetidos a avaliações periódicas.

Até 1955, os setores ferroviário e de energia elétrica eram os que mais recebiam créditos do BNDE. Em 1955, por exemplo, absorveram cerca de 90% desses financiamentos, que contemplavam, em escala menor, indústrias de base, programas de armazenagem e reaparelhamento de portos. Em 1955 começaram as atividades da Comissão de Indústria Pesada, destinada a estudar a instalação, no País, da indústria pesada mecânica e elétrica.

O apoio à indústria pesada passou a crescer expressivamente a partir de 1956, quando absorveu 20% dos recursos liberados pelo Banco, índice que, dois anos depois, se elevaria a 45%. As aplicações no setor se destinavam especialmente a metalurgia de não-ferrosos, metalúrgicas diversas, mecânica, construção naval, celulose e papel.

Decrescia, portanto, o índice das aplicações em energia elétrica e transportes.

Até o fim da década de 50 e início da de 60, foram destinados recursos também a projetos de desenvolvimento da agricultura, incluindo eletrificação rural.

No início da década de 60, foi dada grande ênfase, novamente, ao setor de energia elétrica, mas em 1964 o setor de indústrias básicas foi o principal destaque, absorvendo 76% do total dos financiamentos.

Deve-se destacar, no apoio dado pelo BNDE ao setor de indústrias básicas, especialmente de 1955 até meados dos anos 60, sua contribuição para a instalação, consolidação e expansão das grandes empresas siderúrgicas. Das 15 maiores empresas do setor, só as estrangeiras não foram financiadas pelo Banco, que assegurou recursos para a execução dos grandes projetos das siderúrgicas estatais desde que estas surgiram. Até a criação pelo Governo, na década de 70, da empresa holding Siderbrás, o BNDE deteve o controle acionário das três principais siderúrgicas estatais — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e Companhia Ferro e Aço de Vitória

(Cofavi) —, as duas primeiras responsáveis por cerca de 70% da produção de aço plano no País. O BNDE apoiou também o desenvolvimento das siderúrgicas privadas, algumas das quais enquadradas, quando da época de sua criação, no programa do Banco para as pequenas e médias empresas — o Fipeme.

Quanto ao setor ferroviário, foi decisiva a colaboração do BNDE para a remodelação, modernização e expansão das principais ferrovias do País. É um apoio que só arrefeceu em anos mais recentes, quando as prioridades se voltaram mais para os setores de equipamentos e de insumos básicos.

A atuação do BNDE contribuiu ainda para a expansão de outro setor essencial à economia do País: o de produção de energia elétrica. Quando o Banco foi criado, era de tal ordem a carência de energia que os freqüentes racionamentos bloqueavam a atividade produtiva. Gestor do Fundo Federal de Eletrificação, o Banco, desde sua criação, possibilitou, com sua colaboração financeira, a execução dos projetos de energia elétrica surgidos a partir de então. O apoio se efetiva não só por meio de financiamentos como pela prestação de aval a empréstimos no exterior.

O BNDE foi o principal responsável pelo grande avanço na produção de energia elétrica do País, até 1962.

E, embora sem a mesma ênfase, continuou a apoiar os projetos do setor mesmo depois que surgiu a Eletrobrás.

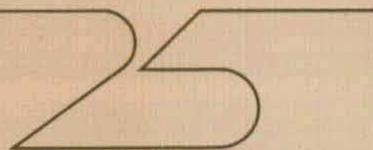
O Apoio à Empresa Privada

Em 1964, quando a preocupação principal do Governo era a de conter a excessiva expansão inflacionária por meio de um programa de estabilização da moeda, houve uma redefinição das prioridades do BNDE, já que a diversificação de sua ação integrava o conjunto de medidas adotadas para a recuperação da economia do País.

Foi também o ano em que, apesar do alto índice da inflação, se impunha a necessidade de redinamizar o crescimento econômico. O Governo foi levado então a reativar alguns órgãos e criar outros, tanto executivos como planejadores de políticas. Surgiu o Ministério do Planejamento, a cuja jurisdição passou o BNDE, desligando-se, assim, do Ministério da Fazenda.

O Banco transferiu então para as novas empresas estatais criadas — como a Eletrobrás, no setor de energia elétrica; a Rede Ferroviária Federal, no ferroviário — a responsabilidade pela expansão do setor de infra-estrutura.

Com o fortalecimento da estrutura econômica resultante dos investimentos em infra-estrutura e





indústrias básicas, e com o conseqüente crescimento do mercado interno, o BNDE partiu para uma diversificação de sua atuação, que balizou para o objetivo de oferecer todo o apoio possível à empresa privada nacional. As colaborações financeiras do Banco passaram a alcançar todos os setores da atividade industrial.

Aos investimentos feitos até 1964 nos setores básicos da economia não correspondeu esforço idêntico no setor educacional. O setor industrial crescia, mas faltava a mão-de-obra qualificada para atender às novas exigências desse crescimento. O BNDE, cujas operações se vinculavam intimamente à remoção dos pontos de estrangulamento das atividades econômicas do País, sentiu a necessidade de contribuir para ampliar o número de técnicos de grau médio e superior.

Além disso, o preço da tecnologia importada onerava cada vez mais o balanço de pagamentos do País, com despesas maciças em know-how, assistência técnica e aluguel de marcas e patentes. Para ajudar a formar os técnicos qualificados de que as indústrias necessitavam e corrigir as deficiências no setor de pesquisa técnico-científica, o BNDE criou em 1964 o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC). Não se tratava, contudo, da primeira preocupação do Banco com o problema da melhoria dos recursos humanos no setor industrial: em 1958 havia criado a Quota de Treinamento Técnico, com

a qual concedia automaticamente um percentual adicional, em cada operação aprovada, para que os mutuários o utilizassem no aperfeiçoamento técnico de seus quadros de pessoal.

As aplicações do FUNTEC, nos primeiros anos, se destinaram principalmente a financiar, com colaborações a fundo perdido, o funcionamento de cursos de pós-graduação. O FUNTEC investiu também na formação de técnicos de nível médio e de engenheiros operacionais.

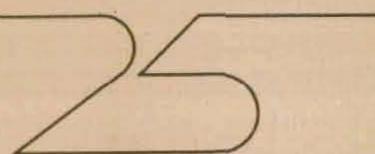
Quando o Banco iniciou seu apoio aos cursos de pós-graduação, só em algumas das ciências exatas e naturais havia no País programas de pesquisa e pós-graduação organizados. Os dois primeiros programas de Mestrado em Engenharia — do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e da Universidade do Brasil — contaram com a colaboração do FUNTEC desde o início de suas atividades. Depois disso, o FUNTEC foi o instrumental para a criação de um bom número de cursos de pós-graduação no Brasil. A aplicação de seus recursos foi fundamental para a formação de mestres e doutores. A crescente diversificação setorial das aplicações do Banco, como meio de integrar o parque industrial brasileiro, incluía o apoio às indústrias de bens de capital, que lutavam contra dois obstáculos a seu crescimento: a carência de recursos próprios para fabricar mais máquinas e equipamentos e as condições desfavoráveis à venda de seus produtos.

O BNDE, que estimulou todos os grandes grupos empresariais do

setor a se lançarem a projetos de vulto, conquistando posições de liderança, não se limitou a lhes financiar os empreendimentos: em dezembro de 1964 criou o FINAME — Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (mais tarde transformado na FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial), com a finalidade de financiar a comercialização das máquinas e equipamentos produzidos no País.

Hoje, a FINAME, com uma expressiva e substancial aplicação anual de recursos, oferece excelentes estímulos para as empresas do setor de equipamentos básicos, tais como taxas de juros e prazos de financiamento tanto mais favoráveis quanto maiores forem os índices de nacionalização por setor, procedência do equipamento, conteúdo tecnológico, pioneirismo da fabricação e participação da engenharia nacional.

A ação voltada para o amparo à empresa privada nacional se acentuou nos anos seguintes; em 1965 atingiu os segmentos mais íntimos da estrutura produtiva — as pequenas e médias empresas, contempladas, a partir de então, com os recursos de mais um fundo do Banco: o Fipeme — Financiamento à Pequena e Média Empresa. Com o apoio recebido do BNDE, muitas delas figuram hoje entre as grandes empresas brasileiras. O Fipeme seria substituído, em 1974, pelo Programa de Operações Conjuntas — POC, que atualizou e



redinamizou a colaboração financeira às pequenas e médias empresas.

Outros instrumentos operacionais seriam criados pelo Banco na segunda metade da década de 60 e na primeira metade da década de 70: Fundo de Financiamento para Estudos e Projetos — Finep (1965), Fundo de Desenvolvimento da Produção — Fundepro (1966), Fundo Especial para Financiamento de Capital de Giro — Fungiro (1968), Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI (1970), Programa Especial de Apoio à Indústria Básica do Nordeste — PIB/NE e Programa de Empréstimo a Bancos de Desenvolvimento — PEB (1972).

Em 1972 o BNDE criou uma entidade vinculada — o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), sociedade civil sem fins lucrativos que, por meio de assistência técnica, gerencial e creditícia, treinamento e pesquisa, oferece aos dirigentes de pequenas e médias empresas condições para o aperfeiçoamento técnico-gerencial.

Adaptar suas modalidades operacionais à própria evolução da economia brasileira tem sido uma constante na atuação do BNDE. Entretanto, o Banco não se restringiu ao esforço de atualização de seus mecanismos de aplicação

de recursos. Preocupou-se também em detectar os vazios nas atividades econômicas e em oferecer condições favoráveis às indústrias que se dispusessem a preenché-los. Assim foi possível ocupar pontos de estratégica importância para o desenvolvimento com empresas de capital sob controle nacional.

O setor de equipamentos básicos, que formou massa crítica em curto espaço de tempo, é um exemplo de segmento cuja instalação foi praticamente induzida pelo BNDE.

Todos os grandes grupos nacionais que atuam no setor receberam estímulos do Banco.

A crescente destinação de recursos — a partir de 64 — ao setor privado da economia fez com que, já em 1969, as empresas privadas nacionais absorvessem 60% dos financiamentos aprovados.

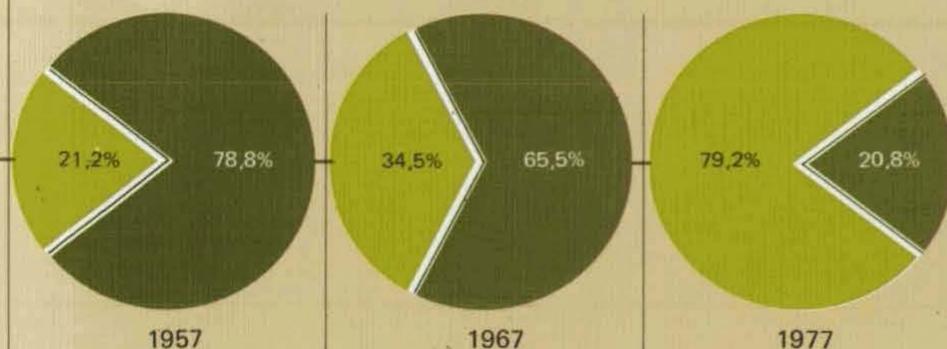
Tal participação era assegurada também pela prática de repasses por intermédio de agentes financeiros — bancos regionais e estaduais — e de fundos como o Fipeme e o Fundepro.

A capacidade de produção instalada na década de 50 e a expansão do parque industrial na década de 60, como resultado da atuação do BNDE e das demais iniciativas do Governo, trouxeram reflexos positivos para a economia nacional, principalmente a partir de 1968, quando o setor secundário cresceu de forma significativa.

Os índices de crescimento, notadamente do PIB, alcançaram, de 1968 a 1973, a média de 10,3% ao ano, superando os obtidos por países que se vinham destacando

EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO SISTEMA BNDE AOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

■ Setor Público (1) ■ Setor Privado (2)



(1) Inclui órgãos da administração pública direta e indireta, assim como empresas com participação majoritária do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outras, serviços de transportes, energia elétrica, armazenagem, etc.)

(2) Inclui os totais das operações diretas e de repasses a agentes oficiais e privados dos diversos programas do BNDE, bem como o valor global das operações das subsidiárias.

pela rapidez de seu desenvolvimento. Incluídas as vendas de manufaturas, as exportações tiveram um incremento de 238% no período e colocaram o Brasil na relação das nações exportadoras de produtos industrializados.

Os números definem bem o que foi a mudança de prioridade nas aplicações do BNDE, com ênfase crescente, a partir de 1964, às empresas privadas sob controle de capital nacional. Em 1962, 80% das aplicações do Banco eram canalizados para projetos do setor público; nove anos depois, contudo, os recursos destinados ao setor privado já representavam o dobro dos absorvidos pelo setor público, e em 1975, mais que o triplo: Cr\$ 29,2 bilhões (Cr\$ 52,2 bilhões, a preços de 1977) contra Cr\$ 8,5 bilhões (Cr\$ 15,2 bilhões, a preços de 1977).

Uma análise do perfil industrial do Brasil indica que as empresas privadas nacionais ocupam geralmente os segmentos tradicionais que se dedicam à produção de bens de consumo não duráveis e se caracterizam por menor dinamismo. As empresas estrangeiras dedicam-se especialmente à produção de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e automóveis); máquinas e equipamentos; fumo e produtos farmacêuticos. As empresas do setor público concentram suas atividades

sobretudo na produção de insumos básicos e de matérias-primas intermediárias indispensáveis ao processo de industrialização liderado pelo setor privado: pesquisa e extração de minerais, siderurgia e indústria química.

No tripé em que se apóia o modelo econômico adotado pelo País — empresa estrangeira, empresa estatal e empresa privada nacional —, esta representa, portanto, a parte mais fraca. Isto explica a prioridade que o BNDE confere, em suas aplicações, à empresa privada nacional, procurando dar-lhe maior poder de competitividade ante a forte concorrência das empresas estrangeiras e estatais. O apoio do Banco se destina principalmente a remover o elemento que mais inibe a expansão do setor privado: o esforço de capitalização requerido para a execução dos projetos de grande porte.

Em anos mais recentes, outro confronto de números mostra ainda com mais clareza a ênfase dada ao setor privado: os recursos que o Banco lhe destinou passaram de Cr\$ 1 bilhão em 1971 (Cr\$ 3,9 bilhões, a preços de 1977) para Cr\$ 29,2 bilhões quatro anos depois (Cr\$ 52,2 bilhões, a preços de 1977).

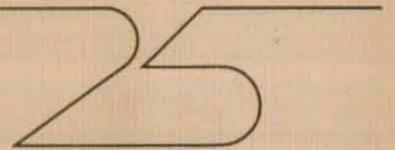
A Atuação Hoje

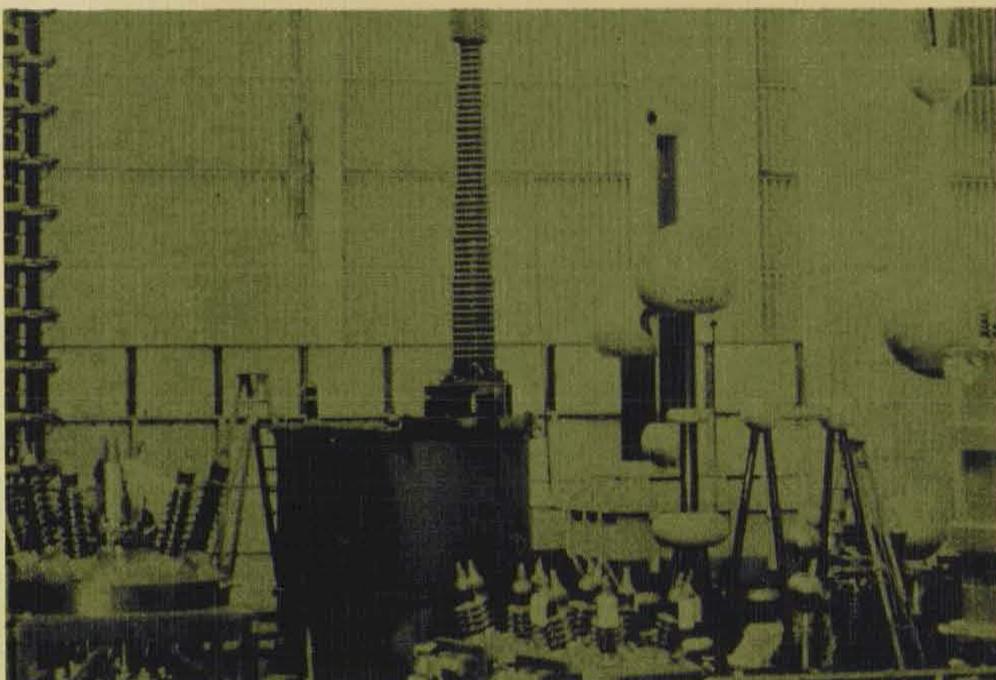
A crise econômica deflagrada no segundo semestre de 1973, com o brusco aumento dos preços do petróleo e de outras matérias-primas não renováveis, impôs à economia brasileira, a partir do ano seguinte, mais moderação no ritmo

de crescimento e levou o BNDE a assumir novas e grandes responsabilidades.

Com a quadruplicação brusca dos preços do petróleo veio também um aumento sensível em outros produtos importados, como insumos básicos e máquinas, equipamentos e seus componentes. Os países industrializados aumentaram os preços desses produtos como meio de compensar o aumento de gastos na aquisição de petróleo. Subiram notadamente os preços dos equipamentos básicos, indispensáveis ao Brasil para a expansão de seu parque industrial.

O País estava diante de um novo desafio: eliminar, em seu processo de industrialização, o ponto vulnerável representado pela insuficiente produção de insumos e equipamentos básicos — itens que vinham onerando progressivamente sua pauta de importações, desde o início da década de 70, e que, com a crise do petróleo, causaram um inaceitável desequilíbrio no balanço de pagamentos. Ao elaborar, em 1973, seu primeiro Plano Quinquenal de Ação, o Banco já havia, aliás, atribuído especial importância à colaboração aos segmentos industriais produtores desses bens.

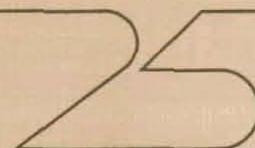




De acordo com as diretrizes fixadas pelo Governo, o programa de operações do BNDE passou a conferir absoluta prioridade aos setores de insumos básicos e bens de capital, como meio não só de substituir importações mas até de gerar algumas oportunidades de exportação desses bens.

A partir de 1974, outra preocupação caracterizou a atuação do BNDE: criar condições para que, na nova etapa de industrialização do País, ficasse reservado um papel importante à empresa privada nacional, que praticamente fora deixada à margem dos surtos de industrialização anteriores, notadamente nos segmentos mais avançados, como os de construção naval, automobilístico, eletro-eletrônico e farmacêutico.

Nos dois anos seguintes, já se faziam sentir claramente os resultados da nova orientação: em equipamentos básicos, os recursos aplicados pelo BNDE alcançaram Cr\$ 6,9 bilhões (Cr\$ 12,3 bilhões, a preços de 1977) em 1975, contra Cr\$ 807 milhões (Cr\$ 1,9 bilhão, a preços de 1977) em 1974; e, em insumos básicos, subiram de Cr\$ 7,4 bilhões em 1974 (Cr\$ 17,6 bilhões, a preços de 1977) para Cr\$ 13,4 bilhões em 1975 (Cr\$ 24 bilhões, a preços de 1977). Em 1977 o setor de equipamentos básicos absorveu 35,3% das aplicações do Banco, e o de insumos básicos, 36,1%.



Ainda em 1974, novos instrumentos foram criados pelo BNDE para tornar mais amplo seu apoio à empresa privada nacional, sobretudo às dos setores de equipamentos e insumos básicos.

Há 11 anos, o de equipamentos básicos já contava com o incentivo da FINAME, subsidiária do Banco que financia a comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País, aplicando juros diferenciados para estimular a elevação dos índices de nacionalização.

Surgiu então, em 1974, uma nova subsidiária do BNDE para apoiar o setor: a Mecânica Brasileira S.A. (EMBRAMEC), destinada a participar do capital de risco das empresas de bens de capital e, também, com a finalidade de comprar projetos de engenharia para transferência posterior ou contratar o desenvolvimento de tais projetos.

Na mesma época em que nasceu a EMBRAMEC — segundo semestre de 1974 — o Banco criou duas outras subsidiárias com a finalidade de fortalecer a capitalização das empresas privadas nacionais, por meio da subscrição de ações: a Insumos Básicos S.A. — Financiamento e Participações (FIBASE), para o setor de insumos básicos, e a Investimentos Brasileiros S.A. (IBRASA), destinada a atender aos demais setores considerados importantes para a estratégia do desenvolvimento.

A EMBRAMEC, a FIBASE e a IBRASA têm estas características comuns: investem em ações e debêntures conversíveis; sempre

que possível adquirem ações preferenciais sem direito a voto; têm participação minoritária; deixam sob controle dos empresários a administração das empresas apoiadas, nas quais não têm nenhuma ingerência; as empresas apoiadas devem adotar um comportamento compatível com a condição de capital aberto, ainda que não o sejam: sempre que possível as ações são revendidas ao público quando o investimento atinge sua maturidade, o que contribui para fortalecer o mercado de capitais; suas operações de underwriting devem, sempre que possível, ter a participação de instituições financeiras.

O mérito principal das três novas subsidiárias é evitar que, por debilidade de capital próprio, as empresas privadas nacionais corram o risco de se associar às de capital estrangeiro e perder para estas seu controle acionário. Em quatro anos de atividade as aplicações das novas subsidiárias do Banco tiveram um crescimento de 587%, passando de Cr\$ 474 milhões em 1974 (Cr\$ 1,1 bilhão, a preços de 1977) para Cr\$ 2,8 bilhões em 1977.

Com a nova fase iniciada em 1974, o BNDE deixou de fazer suas aplicações por meio de fundos especiais como o Fungiro, Fipeme, FMRI, PEB e PIB/NE, mantendo apenas o FRE (Fundo de Reaparelhamento Econômico). As operações passaram a ganhar importância pelos setores a que se destinavam, assegurada a ênfase aos de bens de capital e insumos básicos.

Ainda em 1974, ano em que iniciou a mais recente fase de sua atuação, o BNDE criou um programa especial para suas operações indiretas — os repasses de recursos por intermédio de sua rede de agentes (bancos de desenvolvimento e de investimento); o Programa de Operações Conjuntas (POC), que assegura os financiamentos às empresas de qualquer ponto do território nacional, especialmente às de pequeno e médio porte. O POC, que dá uma característica dinâmica e abrangente às operações do BNDE, contribui, com sua fácil penetração em todo o território nacional, para expandir a economia das regiões menos desenvolvidas e atenuar os desequilíbrios na distribuição espacial de renda. Em 1976 o POC passou por uma reformulação para torná-lo ainda mais dinâmico e que teve por característica principal alargar o poder de decisão dos agentes.

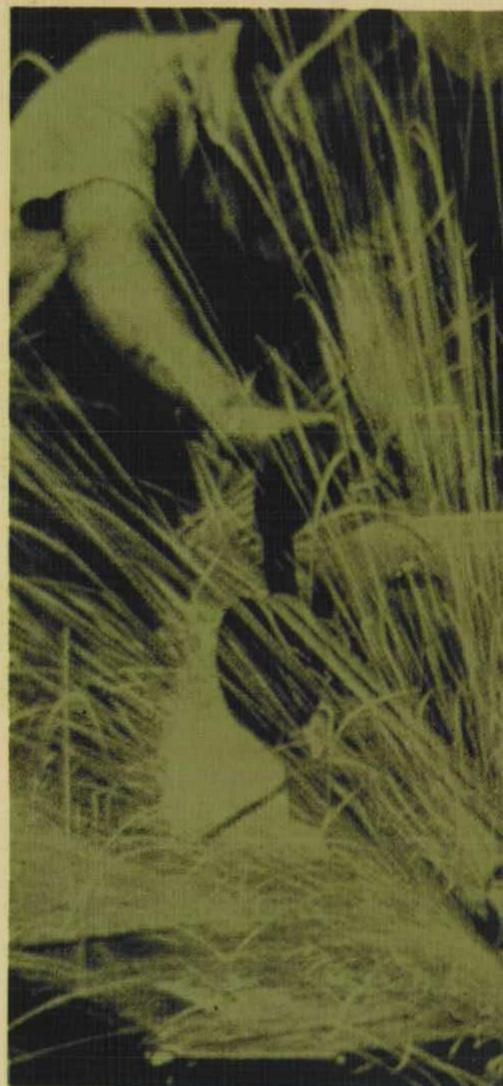
Foi também a partir de julho de 1974 que o BNDE passou a aplicar os recursos gerados pelo recolhimento do PIS e do PASEP. O total transferido ao Banco por conta dos dois fundos aumentou 381% no exercício seguinte. A transferência desses recursos para o BNDE significou sua aplicação preferencial em setores industriais de base e não mais, como antes, em segmentos produtores de bens de consumo.

O apoio do BNDE ao esforço de capitalização das empresas nacionais não se resumiu à ação da FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA: em 1976 o Banco criou o PROCAP

(Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional), com abertura de linhas de crédito por meio de bancos de investimento; e o FINAC (Programa de Financiamento a Acionistas), destinado a financiar novos acionistas — pessoas físicas ou jurídicas — de empresas nacionais.

Sob a forma de financiamento, aval e participação acionária, o apoio do BNDE foi fator decisivo para a expansão que o setor de papel e celulose alcançou em sua capacidade produtiva nos últimos anos. Oito das dez maiores empresas do setor — as duas outras são estrangeiras — tiveram seus projetos financiados pelo Banco, cuja colaboração permitirá que se cumpram as metas estabelecidas pelo Governo no Programa Nacional de Papel e Celulose. Com os investimentos já feitos e os projetos em execução o País está perto de atingir a auto-suficiência em celulose de fibra curta. Alguns dos grandes empreendimentos financiados pelo BNDE destinam-se à exportação de celulose.

No setor de metalurgia de não-ferrosos, em que predominam as multinacionais, o BNDE tem induzido empresas brasileiras a desenvolver projetos. Coube ao



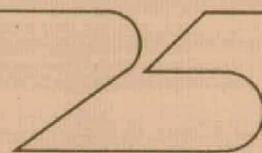


Sistema BNDE solucionar o problema da produção de cobre no País, com a execução do projeto Caraiba Metais.

Os grandes projetos para produção de fertilizantes e suas matérias-primas vêm absorvendo substanciais colaborações financeiras do Banco, algumas destinadas a empreendimentos pioneiros, como o de aproveitamento de rocha fosfática de baixo teor de óxido fosfórico. Com tais projetos o País se encaminha para a auto-suficiência no setor.

O BNDE teve — e tem — participação decisiva na instalação e expansão do setor petroquímico, notadamente a partir da criação do Pólo de Camaçari, na Bahia — o segundo complexo petroquímico do País. Além de financiar a maioria das indústrias integrantes do Pólo, o BNDE, em articulação estreita com a Petrobrás, contribuiu para a estratégia que tornou possível a participação do empresariado nacional nesses empreendimentos, pela aplicação da chamada "lei dos terços" (um terço da participação acionária para o empresário brasileiro, um terço para uma empresa estatal e um terço para um sócio estrangeiro).

No Pólo Petroquímico de Camaçari — contribuição de peso para substituir a importação de matérias-primas que afeta o balanço de pagamentos do País — mais de 30 das 37 empresas que o compõem foram financiadas pelo BNDE, que contribuiu com aproximadamente 60% do investimento total do Pólo, além de prestar aval a créditos



externos obtidos pelas empresas. O complexo de Camaçari, que estará operando a plena carga até o fim desta década, já conta com 13 empresas em operação que investiram 904 milhões de dólares e empregam cerca de seis mil pessoas. Ao se completar sua instalação terá investido cerca de 2,8 bilhões de dólares e gerado aproximadamente 15 mil empregos.

Localizado no Nordeste, o Pólo Petroquímico de Camaçari é importante também para a descentralização regional da atividade industrial e conseqüente redistribuição espacial da renda.

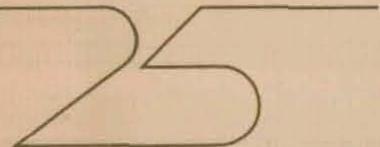
Com a decisão do Governo de criar em Triunfo, no Rio Grande do Sul, o terceiro pólo petroquímico do País, o Sistema BNDE foi convocado a desempenhar mais um papel de destaque no setor petroquímico: suas linhas normais de financiamento e de prestação de garantia a empréstimos em moeda estrangeira vão assegurar a colaboração para a execução dos projetos que o CDI aprovar para o Pólo. Além disso, a subsidiária do Banco para o setor de insumos básicos, a FIBASE, participará do capital da Copesul — Companhia Petroquímica do Sul, criada para coordenar a implantação do Pólo e instalar e operar a Central de Matérias-Primas.

No setor de cimento, para cuja instalação e consolidação deu uma colaboração decisiva, o BNDE foi mais além na ajuda ao empresariado: induziu-o a montar unidades de maior escala, promoveu o saneamento de suas empresas, evitando que se desnacionalizassem, e contribuiu ainda para a modernização de processos produtivos e a racionalização da administração empresarial. No ramo de refratários, o apoio do Banco à principal empresa do setor permitiu que predominassem neste os grupos nacionais.

Outro exemplo significativo pode ser encontrado no setor de fundição, em que de uma pequena unidade industrial nasceu, com financiamentos do BNDE, a mais moderna fundição de ferro do País, agora já dedicada ao esforço de desenvolver tecnologia própria, com a inauguração de um centro de pesquisas industriais em que foram investidos Cr\$ 50 milhões.

No setor de computação, a primeira e única empresa nacional a produzir computadores — de pequeno porte — não só conta com participação acionária e financiamentos do BNDE, mas tem suas raízes em projeto pioneiro de pesquisa de que o Banco participou com o Ministério da Marinha, o Ministério do Planejamento, a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.





Outros exemplos poderiam ser citados da atuação do Banco no sentido da formação de setores inteiros da economia do País e de grupos nacionais aos quais coube a responsabilidade de forjar um parque industrial genuinamente brasileiro.

A atenuação dos desequilíbrios regionais na distribuição espacial de renda é outro objetivo permanente do BNDE, que aciona seus mecanismos de atuação em proveito do crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas do País. Os números referentes ao desempenho do Banco indicam os resultados positivos alcançados nesse particular, nos últimos anos.

De 1970 a 1976 as operações aprovadas para o Nordeste e o Centro-Oeste foram as que apresentaram maiores taxas anuais de crescimento: 81% e 70%, respectivamente. A participação do Nordeste no total das operações subiu, no período, de 14% para 17%.

Além da crescente aplicação de recursos, o BNDE favoreceu as regiões menos desenvolvidas também com juros mais vantajosos.

As taxas de juros são mais baixas nos Estados de menor renda per capita. Para essa gradação foram agrupados na Região I os Estados do Norte e Nordeste, os de Goiás e Mato Grosso e a região de Minas incluída no Polígono das Secas; na Região II, os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e o Distrito Federal; e, na Região III, o de São Paulo.

Hoje, o objetivo principal do Sistema BNDE (o Banco e suas quatro subsidiárias) é dar o máximo de rentabilidade social aos empreendimentos de que participa.

Os esforços do Banco são no sentido de que o desenvolvimento econômico seja alcançado no seu sentido mais amplo, que sejam eliminadas as distorções surgidas a partir da própria evolução do processo de industrialização e que a meta primordial do Governo seja atingida o mais breve possível — a felicidade e o bem-estar de todo o povo brasileiro.

O BNDE e a Economia Nacional



Decorridos quatro anos sucessivos da convivência com a crise econômica mundial, deflagrada pela repentina quadruplicação dos preços do petróleo e de outras matérias-primas não renováveis, já é evidente que foi absolutamente correta a opção brasileira de fazer face à nova conjuntura, ajustando estruturalmente a sua estratégia de desenvolvimento, com a preservação do processo de crescimento em sua essência, rejeitando assim, explicitamente, políticas recessivas.

De fato, as características estruturais da economia brasileira indicam que os problemas advindos de uma crise de estabilização não poderiam ser equacionados e enfrentados sem repercussões profundas sobre a vida econômica nacional. A necessidade imperiosa de criar empregos para absorver os novos contingentes de mão-de-obra é uma das razões que conduzem à impraticabilidade da adoção de quaisquer políticas que comprometam demasiadamente a taxa de crescimento da economia.

Uma recessão, ainda que curta e, portanto, socialmente suportável, se por um lado pode diminuir as pressões inflacionárias, jamais possibilitará, em bases estruturalmente estáveis, a solução dos desequilíbrios do balanço de pagamentos.

O ano de 1977 distinguiu-se pela continuidade da estratégia global adotada pelo Governo federal desde 1974 para absorver os desbalanceamentos decorrentes da crise. Na realidade, o confronto

entre os resultados apresentados pela economia brasileira e as diretrizes e metas estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico permite caracterizar amplo sucesso da política implementada.

Assim, foram alcançados os objetivos de redução da taxa inflacionária e equilíbrio do balanço comercial, com conseqüente aceitação de menor crescimento real do PIB. Ao mesmo tempo, mantiveram-se ativos os instrumentos voltados ao desenvolvimento, apoiando-se políticas como as de substituição de importações e de atenuação dos desequilíbrios regionais.

Em perfeita sintonia com os propósitos do Governo, o Produto Interno Bruto aumentou 5% em termos reais, o que perfaz aproximadamente 33% do crescimento da economia nos últimos anos. Esta evolução foi acompanhada de contínua absorção de mão-de-obra, tendo sido criados, entre 1974 e 1977, quatro milhões de novos empregos, elevando-se a população economicamente ativa a 37 milhões de pessoas. A renda per capita, em valores de 1977, alcançou cerca de US\$ 1,420.00, destacando a posição relativa da economia brasileira no cenário internacional.

O programa de combate à inflação, dentro da alternativa gradualista, cumpriu-se através de eficiente

execução das políticas monetária, fiscal e da administração de preços, resultando em taxa de aproximadamente 39%, contra 46% no ano anterior. Vale destacar ainda o fato de que a execução da política antiinflacionária revelou preocupação em induzir aumentos efetivos do poder de compra dos salários, sobretudo os menores.

A estratégia adotada visando ao reequilíbrio do balanço de pagamentos equacionou-se sob três ângulos:

- 1) restrições às importações;
- 2) crescimento das exportações;
- 3) substituição de importações de, principalmente, insumos básicos e bens de capital.

Embora a quase totalidade das importações seja essencial ao processo produtivo, o seu valor manteve-se estável, entre 1974 e 1977, ao nível de US\$ 12,0 bilhões.

Tal fato, conjugado à ocorrência de inflação externa e ao significativo crescimento do produto interno bruto real, constitui manifestação inequívoca do êxito da política de substituição de importações, especialmente em relação ao item bens de capital, cuja participação no total das importações representava 32% em 1975 e 29% em 1976, passando para 26% em 1977.

O principal fator de ajuste do balanço de pagamentos nesse curto prazo foi a expansão das exportações. Apesar do esforço protecionista das economias ocidentais, as exportações responderam satisfatoriamente aos estímulos governamentais, aumentando 19% em 1977 e



totalizando o expressivo incremento de 52%, a partir de 1974.

O balanço comercial acusou superavit de US\$ 138 milhões, com importações de US\$ 11,939 milhões e exportações de US\$ 12,137 milhões, e o deficit em conta-corrente foi de US\$ 3,8 bilhões, significando o terceiro ano consecutivo de melhoria dos resultados; em 1976 tais saldos foram, respectivamente, de (-) US\$ 2,1 bilhões e (-) US\$ 6,0 bilhões. A dívida externa alcançou US\$ 31 bilhões, enquanto as reservas cambiais situaram-se ao nível de US\$ 7,2 bilhões, cerca de 10% superior ao do fim do exercício de 1976.

Conquanto a excelente credibilidade internacional do Brasil continuasse assegurando condições "oferecidas" de recursos externos, a representatividade da poupança exôgena, exacerbada pelo impacto da crise do petróleo, foi reduzida para cerca de 2,7% do PIB (4,7% em 1976).

A decisão do Governo de deflagrar com intensidade o processo de fabricação interna de itens como bens de capital e insumos básicos, tradicionalmente adquiridos no exterior, foi tomada não obstante o expressivo risco de inviabilização embutido nos altos níveis requeridos de investimentos e sofisticada tecnologia e, ademais, a conseqüente tendência à marginalização da empresa privada nacional, até então predominante apenas nos segmentos tradicionais e menos dinâmicos da indústria.

Sem embargo, graças à clara definição do Governo de apoio à empresa privada nacional e a esses setores prioritários, do que é prova cabal a orientação estabelecida pela Resolução nº 9 do CDE, os desafios estão sendo vencidos. Alguns exemplos merecem destaque:

- 1 — o extraordinário desenvolvimento do parque produtor de bens de capital, conforme estudos realizados pelo BNDE, já em 1977 propiciou significativa economia de divisas, graças à elevação dos índices de nacionalização dos equipamentos fabricados no País e à introdução de linhas novas de bens de capital sob encomenda, anteriormente importados. O crescimento da produção de bens de capital em 1977, de acordo com sondagens realizadas, deveu-se sobretudo ao dinamismo e ao bom desempenho do segmento produtor de bens de capital sob encomenda, mantendo a indústria normalidade com relação ao grau médio de utilização da capacidade instalada.
- 2 — no que se refere aos insumos básicos, estimativas oficiais de produção indicam que, no período 1975/80, o País realizará significativa poupança bruta de divisas, estimando-se para os setores Siderurgia, Papel e Celulose e Metais não-Ferrosos economia de, respectivamente, US\$ 6,5 bilhões, US\$ 4,4 bilhões e US\$ 1,1 bilhão. Em 1977, a produção siderúrgica atingiu

11,4 milhões de toneladas, com aumento de 24% em relação ao ano anterior, e o programa do álcool garantiu a produção de 1,5 bilhão de litros, prevendo-se para o final da década uma oferta de 4 bilhões.

O Brasil tem enfrentado com imaginação e criatividade os fortes óbices a seu desenvolvimento econômico auto-sustentado, conferindo pouca ortodoxia e grande flexibilidade aos instrumentos de política econômica utilizados. Na essência das transformações por que tem passado a economia brasileira, o BNDE, sem dúvida, exerceu e exerce papel relevante como principal executor da política de investimentos do Governo federal.

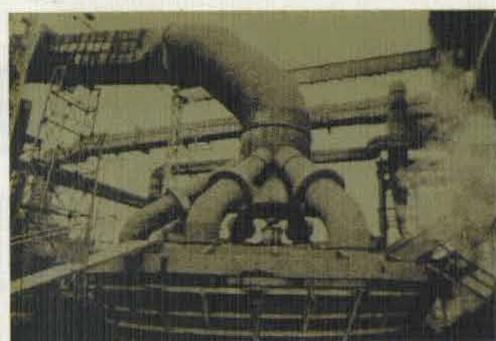
Nesse contexto, o BNDE está se tornando um dos principais bancos de desenvolvimento do mundo: a par da forte contenção que norteou suas atividades no último ano, os desembolsos ainda assim aumentaram 46% em relação a 1976, atingindo Cr\$ 44,5 bilhões (inclusive repasse às subsidiárias), quando, em 1970, foram de apenas Cr\$ 6 bilhões, a preços de 1977. As subsidiárias FIBASE, IBRASA, EMBRAMEC e FINAME, por seu lado, registraram aplicações de Cr\$ 20,8 bilhões em 1977, contra Cr\$ 12,5 bilhões no ano anterior.

Entretanto, mais que o aspecto meramente quantitativo, importa analisar o Banco sob o ângulo qualitativo de sua atuação na economia brasileira.

A importância crescente do BNDE, no período 74/77, pode ser ilustrada pela razão entre o saldo de seus empréstimos e o saldo dos empréstimos de todo o sistema financeiro nacional ao setor privado brasileiro: em 1977 esta relação atingiu 6,5%, enquanto em 1973 foi de apenas 2,0%. Há que se notar, contudo, que tal performance reflete a retomada de posicionamento da instituição no cenário econômico nacional, como titular principal do crédito industrial a longo prazo, pois tal participação já fora alcançada no fim da década de 50. Este resultado, por outro lado, permite entrever a relevância do BNDE exatamente quando da implantação e aumento significativos da capacidade produtiva de setores cuja debilidade poderia reduzir e, até mesmo, obstar posteriores processos de crescimento da economia nacional.

Realmente, até 1963, quando aquela relação atingiu 6,0%, o BNDE havia direcionado sua atividade de fomento para o reaparelhamento ferroviário do País e para a implantação de usinas siderúrgicas e de energia elétrica, setores cujos potenciais produtivos foram vitais ao desempenho posterior da economia. Após 1974, a reordenação das prioridades na aplicação dos recursos contemplou segmentos industriais, que, indubitavelmente, permitirão novo período de intenso progresso para a economia brasileira, sob a égide da empresa privada nacional.

Os desembolsos do Banco em 1977, dirigidos aos insumos básicos, cresceram 71%, alcançando Cr\$ 16,0 bilhões, cerca



de 36% do total liberado pelo BNDE. Os segmentos de Siderurgia, Química e Petroquímica e Celulose e Papel foram os maiores beneficiários da ação do Banco: para eles canalizaram-se, respectivamente, Cr\$ 5,5 bilhões (crescimento de 66% sobre o ano anterior), Cr\$ 4,4 bilhões (crescimento de 52%) e Cr\$ 2,3 bilhões (crescimento de 52%). Destaque-se também a ação da FIBASE, via capitalização das empresas, que aplicou cerca de Cr\$ 1,7 bilhão no setor em 1977, cifra 89% superior aos desembolsos de 1976.

Do mesmo modo, os fabricantes de máquinas e equipamentos continuaram fortemente beneficiados pelo BNDE, obtendo recursos da ordem de Cr\$ 15,7 bilhões, 46% a mais que em 1976.

As aplicações da EMBRAMEC, totalmente vinculadas ao setor, alcançaram Cr\$ 571,6 milhões. Importa notar que, além do apoio à implantação de grandes projetos via financiamento a baixo custo e aporte de capital de risco, o Sistema BNDE tem incrementado sobremaneira a comercialização de bens de capital através da FINAME, propiciando a manutenção dos níveis de demanda, não obstante a conjuntura de escassez de recursos vis-à-vis as necessidades do setor.

Apesar dessa escassez em 1977, os desembolsos da FINAME atingiram Cr\$ 18,0 bilhões, representando incremento de 73% em relação a 1976.

Evidenciou-se também a constante preocupação em promover a empresa privada nacional, não apenas em termos de aporte de recursos exigíveis, mas inclusive mediante injeção de capital de risco. Com efeito, os Cr\$ 5,5 bilhões aplicados pelo Sistema BNDE, com vistas à capitalização da empresa privada genuinamente brasileira, representaram 12% do total desembolsado em 1977, enquanto no ano anterior esta participação se limitava a 7%. Tal comportamento resultou, primordialmente, dos Programas FINAC e PROCAP, criados em 1976, mas dinamizados no decorrer de 1977 através de novas dotações orçamentárias. Note-se que a parcela maior desses fundos destinou-se às pequenas e médias empresas industriais, às quais o Sistema BNDE prestou auxílio financeiro no montante de Cr\$ 7, 5 bilhões.

Por outro lado, aumentou a concentração de recursos no setor privado, exemplificando mais uma vez a permanência do firme propósito de fortalecimento da empresa privada nacional. De fato, em relação ao total de desembolsos do Sistema BNDE, o setor privado absorveu 82% em 77.

Concomitantemente, o BNDE tem promovido eficiente desconcentração espacial de investimentos, procurando atenuar os desequilíbrios regionais.

Observe-se que a Região Nordeste vem sendo favorecida, progressivamente, com maiores participações relativas no total dos desembolsos efetuados pelo Banco (1974 — 11%; 1975 — 13%; 1976 — 14%; e 1977 — 16%).

Ao longo de sua existência, o BNDE tem assumido sempre uma vigorosa postura analítica em relação aos problemas potenciais da economia, visando antecipar-se à ocorrência dos fenômenos e direcionar sua ação para resolvê-los. Exemplo claro e recente desse comportamento foi o Plano de Ação 1974/78, elaborado antes da crise do petróleo e que já preconizava, com fundamento nos estudos desenvolvidos, a necessidade de canalizar recursos para a fabricação interna dos equipamentos e insumos básicos usualmente adquiridos no exterior.

Na realidade, tal atitude é inerente à própria tarefa de fomento. Dentro desse espírito, merece realce uma das principais atividades desenvolvidas pelo BNDE em 1977, que foi a de engajar parcela ponderável de seu quadro técnico na elaboração de diagnósticos e programas abrangendo praticamente todos os segmentos relevantes da indústria nacional e da infraestrutura, aduzindo as informações de caráter econômico-financeiro indispensáveis à adequada formulação da política de aplicações. Esse empenho constitui parte de um processo de longo prazo com o objetivo de aperfeiçoar e consolidar a atividade de planejamento no Sistema BNDE.

Desempenho em 1977

No ano de 1977, refletindo o excepcional nível de aprovações de projetos dos anos anteriores, o BNDE registrou recorde de desembolso (recursos efetivamente injetados na economia do País), atingindo o volume de Cr\$ 44.452 milhões, incluídos os repasses às subsidiárias. Este valor representa um incremento de 45,8% sobre o total de desembolsos de 1976, que foi de Cr\$ 30.493 milhões. Deve-se ressaltar que os recursos destinados ao setor privado em 77 atingiram 82,3% do total do volume desembolsado.

SISTEMA BNDE

Desembolsos efetivados para o setor público e para o setor privado

ANO	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO
1976	22%	78%
1977	18%	82%

Na decomposição do volume de desembolsos por programas, o de Insumos Básicos concentrou a maior parte dos recursos: Cr\$ 16.049 milhões, o que representa 36,1% do total. Dentro do Programa de Equipamentos Básicos foram desembolsados Cr\$ 15.698 milhões, ou seja, 35,3% do total.

Em Outros Programas Prioritários, o volume de desembolsos atingiu Cr\$ 12.705 milhões, representando 28,6% do total.

BNDE

Desembolsos efetivados

ANO	Cr\$ MILHÕES
1973	4.498
1974	10.575
1975	21.013
1976	30.493
1977	44.452

O maciço apoio do BNDE aos Programas de Insumos Básicos e de Equipamentos Básicos é parte do esforço conjunto que vem sendo desenvolvido pelo Governo e pelo empresariado privado nacional no sentido de que sejam produzidos no País alguns dos itens que atualmente oneram a pauta de importações brasileira. Esse esforço de substituição de importações — do qual o BNDE é um dos principais artífices — é fundamental para o desejado reequilíbrio no balanço de pagamentos do País.

BNDE

Desembolsos por programas 1977

PROGRAMA	Cr\$ MILHÕES	%
Insumos Básicos	16.049	36
Equipamentos Básicos	15.698	35
Outros Programas Prioritários	12.705	29
Total (*)	44.452	100

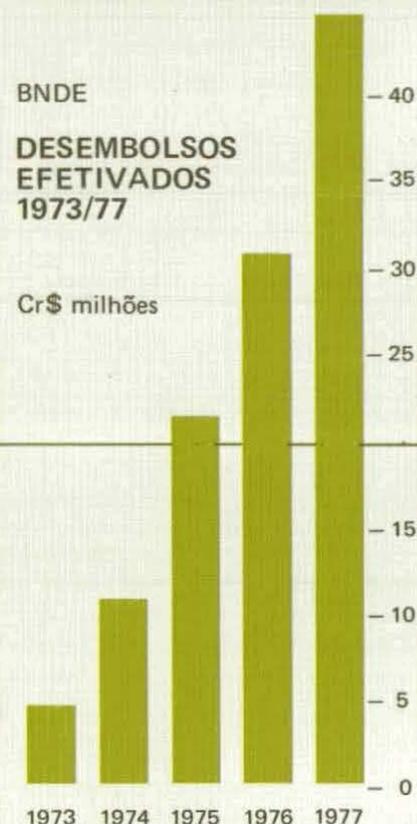
(*) incluídos os repasses às subsidiárias

No que se refere a aprovações, o volume de aplicações do BNDE atingiu Cr\$ 32.694 milhões, aí igualmente incluídos os repasses às subsidiárias. Por programas, a distribuição das aprovações foi a

BNDE

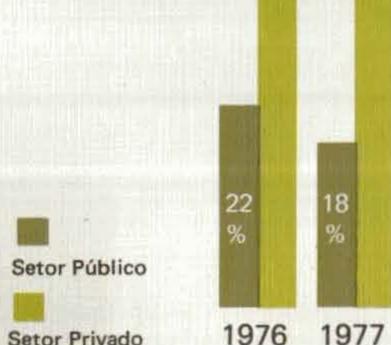
DESEMBOLSOS EFETIVADOS 1973/77

Cr\$ milhões



**BNDE
DESEMBOLSOS
EFETIVADOS
PARA O SETOR
PÚBLICO E
PARA O SETOR
PRIVADO**

1976-1977



seguinte: Insumos Básicos, Cr\$ 9.114 milhões, representando 27,9% do total; Equipamentos Básicos, Cr\$ 15.226 milhões, ou seja, 46,6% do total; e Outros Programas Prioritários, Cr\$ 8.354 milhões, ou 25,5% do total.

OS PROGRAMAS

Insumos Básicos

Dos oito subprogramas que compõem o Programa de Insumos Básicos (Mineração, Siderurgia, Metalurgia de Não-Ferrosos, Química e Petroquímica, Fertilizantes, Celulose e Papel, Cimento e repasse à FIBASE), o de Siderurgia foi o que teve o maior volume de recursos desembolsados: Cr\$ 5.465 milhões. Seguem-se Química e Petroquímica, Cr\$ 4.398 milhões; Celulose e Papel, Cr\$ 2.280 milhões; Metalurgia de Não-Ferrosos, Cr\$ 888 milhões; Mineração, Cr\$ 721 milhões; Fertilizantes, Cr\$ 371 milhões; e Cimento, Cr\$ 258 milhões. O

repasso à subsidiária FIBASE atingiu Cr\$ 1.668 milhões.

Também no que se refere a aprovações, o subprograma Siderurgia foi o mais beneficiado, absorvendo Cr\$ 5.906 milhões dos Cr\$ 9.114 milhões deferidos para todo o Programa de Insumos Básicos. Os demais setores para os quais foram registradas aprovações foram: Fertilizantes, Cr\$ 1.127 milhões; Mineração, Cr\$ 292 milhões; Química e Petroquímica, Cr\$ 165 milhões; Celulose e Papel, Cr\$ 42 milhões. A colaboração financeira aprovada para a FIBASE foi de Cr\$ 1.582 milhões.

Os recursos aprovados e liberados pelo BNDE para estes setores contribuíram para implantar e impulsionar importantes empreendimentos para a atividade econômica nacional, fazendo com que seja alcançada, o quanto antes, a auto-suficiência em diversos insumos e, em determinados casos, criando-se até mesmo excedentes exportáveis.

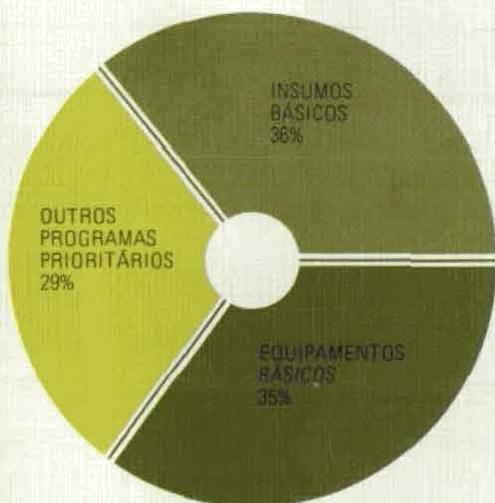
BNDE

Desembolsos efetivados segundo os programas

Insumos Básicos 1976-1977

SUBPROGRAMAS	1976		1977	
	Cr\$ MILHÕES	%	Cr\$ MILHÕES	%
Mineração	197	2,1	721	4,5
Siderurgia	3.294	35,1	5.465	34,1
Metalurgia de não-ferrosos	281	3,0	888	5,5
Química e petroquímica	2.894	30,8	4.398	27,4
Fertilizantes	519	5,5	371	2,3
Celulose e papel	1.498	15,9	2.280	14,2
Cimento	215	2,3	258	1,6
Repasse à FIBASE	498	5,3	1.668	10,4
Total	9.396	100,0	16.049	100,0

BNDE
DESEMBOLSOS POR PROGRAMAS
1977



TOTAL: Cr\$ 44.452 MILHÕES
(incluídos os repasses às subsidiárias)

Equipamentos Básicos

No Programa de Equipamentos Básicos, também de alta prioridade dentro da diretriz traçada pelo Governo federal, o valor dos desembolsos foi de Cr\$ 15.698 milhões. Desse total, os repasses às subsidiárias FINAME e EMBRAMEC absorveram 88% dos recursos: para a FINAME foram desembolsados Cr\$ 13.000 milhões, enquanto para a EMBRAMEC o desembolso foi de Cr\$ 839 milhões. O subprograma Bens de Capital e Componentes absorveu Cr\$ 1.859 milhões.

Quanto às aprovações, o repasse à FINAME absorveu a quase totalidade dos recursos: dos Cr\$ 15.226 milhões deferidos, Cr\$ 15.010 milhões foram destinados à Agência. Para o subprograma Bens de Capital e Componentes foram aprovados Cr\$ 216 milhões.

Os expressivos recursos destinados à FINAME têm como objetivo atender à demanda crescente de máquinas e equipamentos produzidos pela indústria do setor e viabilizar a aquisição desses bens pelos consumidores nacionais.

BNDE

Desembolsos efetivados segundo os programas

Equipamentos básicos 1976-1977

SUBPROGRAMAS	1976		1977	
	Cr\$ MILHÕES	%	Cr\$ MILHÕES	%
Bens de capital e componentes	1.832	17,0	1.859	11,8
Repasso à FINAME	8.450	78,3	13.000	82,8
Repasso à EMBRAMEC	506	4,7	839	5,4
Total	10.788	100,0	15.698	100,0

Outros Programas Prioritários

Em Outros Programas Prioritários, onde a ênfase é o apoio às empresas de pequeno e médio portes, o volume de desembolsos foi de Cr\$ 12.705 milhões. A distribuição dos recursos por subprogramas foi a seguinte: Operações com Agentes, Cr\$ 5.780 milhões; Infra-Estrutura, Cr\$ 2.522 milhões; Capitalização de Empresas, Cr\$ 1.686 milhões; Modernização de Empresas, Cr\$ 1.074 milhões; e Desenvolvimento Tecnológico, Cr\$ 103 milhões. Para

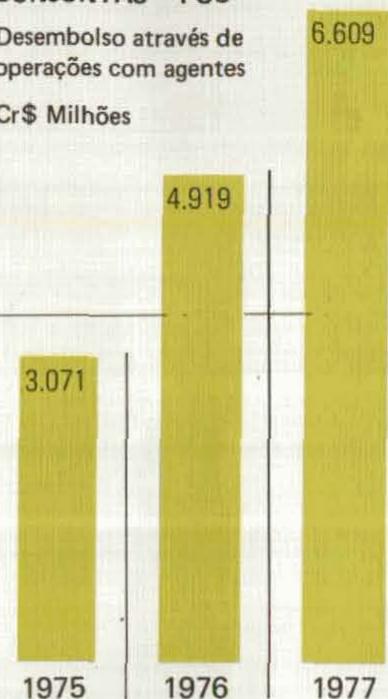
Outros Projetos foram desembolsados Cr\$ 1.145 milhões. O repasse à IBRASA alcançou Cr\$ 395 milhões.

No que se refere às aprovações, o volume de deferimentos em 77 atingiu Cr\$ 8.354 milhões. A maior parte destes recursos foi destinada às Operações com Agentes: Cr\$ 4.227 milhões. Os outros subprogramas beneficiados foram Capitalização de Empresas, Cr\$ 1.707 milhões; Infra-Estrutura,

**BNDE
PROGRAMA DE OPERAÇÕES
CONJUNTAS – POC**

Desembolso através de
operações com agentes

Cr\$ Milhões



BNDE

Desembolsos efetivados segundo os programas

Outros programas prioritários 1976-1977

SUBPROGRAMAS	1976		1977	
	Cr\$ MILHÕES	%	Cr\$ MILHÕES	%
Operações com agentes	4.374	42,4	5.780	45,5
Modernização de empresas	1.074	10,4	1.074	8,5
Infra-estrutura	2.273	22,1	2.522	19,8
Desenvolvimento tecnológico	163	1,6	103	0,8
Capitalização de empresas	484	4,7	1.686	13,3
Repasse à IBRASA	798	7,7	395	3,1
Outros projetos	1.142	11,1	1.145	9,0
Total	10.308	100,0	12.705	100,0

Cr\$ 1.518 milhões; Modernização de Empresas, Cr\$ 174 milhões; e Desenvolvimento Tecnológico, Cr\$ 55 milhões. Para a IBRASA foi aprovado um repasse de Cr\$ 308 milhões. As aprovações em Outros Projetos atingiram Cr\$ 365 milhões.

Finac (Financiamento a Acionistas), que alcançaram Cr\$ 995 milhões. Dentro das operações de Fomento Regional (Operações-Programa, que beneficiam projetos similares e/ou interdependentes, de significativa vocação regional), os desembolsos foram de Cr\$ 1.039 milhões.

Pequenas e Médias Empresas

No que se refere ao apoio concedido pelo BNDE às pequenas e médias empresas de todo o País, através do sistema de agentes financeiros (bancos de desenvolvimento estaduais e bancos de investimento), o volume de desembolsos atingiu Cr\$ 3.642 milhões. Deve-se destacar ainda como colaboração financeira a este importante e dinâmico setor da atividade econômica nacional os recursos desembolsados através do

O volume de aprovações para o setor atingiu, por sua vez, Cr\$ 4.227 milhões, com grande destaque para o Finac, que absorveu Cr\$ 3.750 milhões do total deferido.

Quanto ao número de operações, do total de 974 operações realizadas, 866 (representando 89%) foram conduzidas inteiramente pelos agentes financeiros do sistema e submetidas ao BNDE apenas para efeito de desembolsos. Somente 108 operações (11% do total) estavam dentro da alçada do Banco para contratação.

BNDE

1976

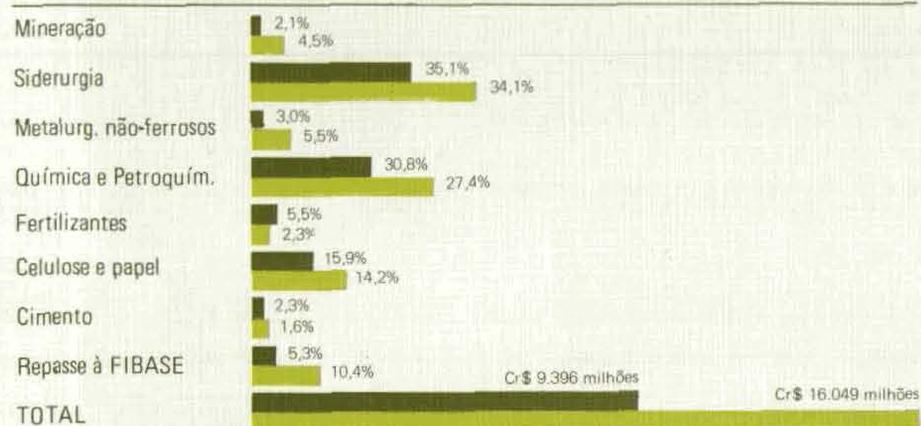
DESEMBOLSOS SEGUNDO OS PROGRAMAS

1977

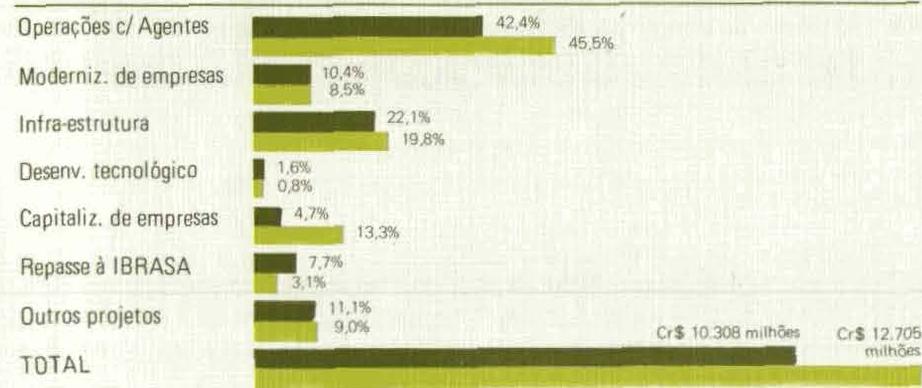
EQUIPAMENTOS BÁSICOS



INSUMOS BÁSICOS



OUTROS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS



BNDE

Programa de Operações Conjuntas (POC)

Desembolsos efetivados através de operações com agentes

ANO	Cr\$ MILHÕES
1975	3.071
1976	4.919
1977	6.609

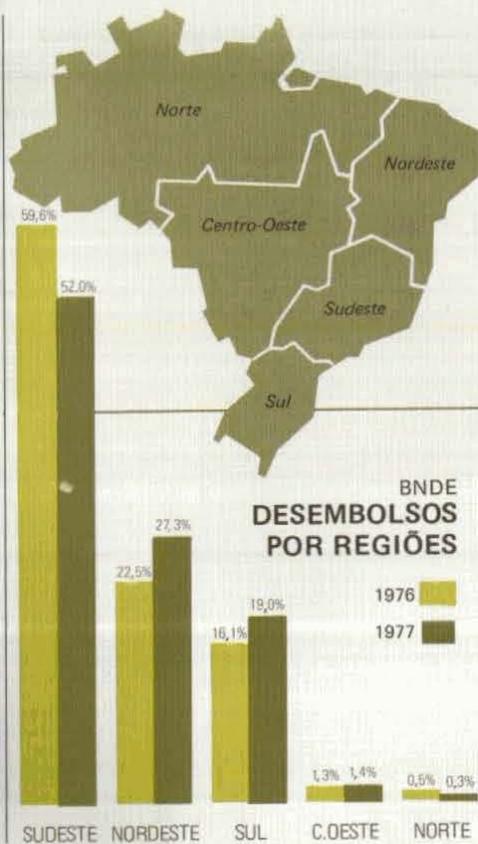
Deve-se destacar também que, através do financiamento a acionistas foram apoiadas 317 empresas em operações de aumento de capital.

Cabe citar ainda que 39 empresas receberam financiamentos, equivalentes a 10,3 milhões de dólares, para aquisição no exterior de máquinas e equipamentos, sem similar nacional.

AÇÃO REGIONAL

Na distribuição espacial dos recursos desembolsados pelo BNDE em 1977, a Região Nordeste absorveu Cr\$ 7.332 milhões, registrando um expressivo incremento de 69% em relação ao volume de desembolsos de 1976, que foi de Cr\$ 4.339 milhões. Com a política de apoiar decisivamente os empreendimentos nas regiões relativamente menos desenvolvidas do País e promover a atenuação dos desequilíbrios regionais de renda, que o BNDE vem executando, o Nordeste está hoje em segundo lugar no rol das regiões beneficiadas pelos recursos do Banco, superado apenas pelo Sudeste, região de forte concentração industrial.

O desembolso para as demais regiões foi o seguinte: Sudeste,



BNDE Desembolsos por regiões 1976-1977

Regiões	1976		1977	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
Norte	105	0,5	74	0,3
Nordeste	4.339	22,5	7.332	27,3
Sudeste	11.485	59,6	13.986	52,0
Centro-Oeste	245	1,3	371	1,4
Sul	3.097	16,1	5.095	19,0
Total das Regiões	19.271	100,0	26.858	100,0
Inter-regional (*)	11.222		17.594	26.858
Total geral	30.493		44.452	

(*) incluídos os repasses às subsidiárias

Cr\$ 13.986 milhões; Sul, Cr\$ 5.095 milhões; Centro-Oeste, Cr\$ 371 milhões; e Norte, Cr\$ 74 milhões. Os desembolsos a nível inter-regional, incluídos os repasses às subsidiárias, alcançaram Cr\$ 17.594 milhões.

Quanto às aprovações de 1977, a Região Sudeste absorveu Cr\$ 6.117 milhões, enquanto para o Nordeste foram aprovados Cr\$ 1.556 milhões, para o Sul, Cr\$ 1.094 milhões, Centro-Oeste, Cr\$ 274 milhões, e

Norte, Cr\$ 30 milhões. As aprovações a nível inter-regional, incluindo-se os repasses às subsidiárias, atingiram Cr\$ 23.623 milhões.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos mobilizados pelo BNDE em 1977 totalizaram Cr\$ 48.900 milhões, apresentando um crescimento real e nominal de 13% e 61%, respectivamente, em relação ao montante global de fundos ingressados no ano anterior.

BNDE Ingresso de recursos

DISCRIMINAÇÃO	1976		1977	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
1. Recursos de Geração Interna (1)	6.643	21,9	8.173	16,7
2. Aportes de Origem Nacional	21.955	72,4	35.026	71,6
2.1 Dotação Orçamentária	300	1,0	1.090	2,2
2.2 Repasses e Financiamentos	5.182	17,1	8.990	18,4
2.3 Recursos Administrados (PIS/PASEP)	16.473	54,3	24.946	51,0
3. Aportes de Origem Estrangeira	1.742	5,7	5.701	11,7
3.1 Financiamentos	324	1,1	429	0,9
3.2 Empréstimos Financeiros	1.418	4,6	5.272	10,8
TOTAL	30.340	100,0	48.900	100,0

(1) Incluído o retorno das operações do BNDE, o saldo operacional líquido e a monetização de ativos.

As fontes de origem nacional corresponderam a 88% do total mobilizado pelo Banco, devendo destacar-se dentre elas o importante papel desempenhado pelos recursos provenientes do Fundo PIS/PASEP, que corresponderam a 51% dos fundos globais mobilizados.

Ao lado da mobilização de recursos do país, o Banco recorreu subsidiariamente ao exterior, abrindo novas alternativas de captação através da realização de dois lançamentos de "bonds", nos valores de 100 milhões de marcos alemães e 50 milhões de dólares, ambos sob a liderança do Commerzbank A.G..

Na área de empréstimos financeiros propriamente ditos, o BNDE levantou cerca de 250 milhões de dólares, através de sindicatos agenciados pelo First Chicago Limited, The Industrial Bank of Japan, The Bank of Tokyo e The Bank of Montreal.

Durante o ano de 1977, foram utilizadas parcelas das linhas de crédito abertas no exterior para financiamento de importação de bens de capital, que totalizaram Cr\$ 430 milhões, ou seja, cerca de 30 milhões de dólares.

RECURSOS HUMANOS

Na área de administração de recursos humanos, o BNDE dedicou-se prioritariamente, em 1977, ao aperfeiçoamento profissional de seus funcionários, concentrando-se em atividades dirigidas para o aprimoramento e crescente habilitação de seu quadro

de pessoal. Assim, desenvolveu programas e métodos que, tendo como objetivo imediato a racionalização do trabalho, resultaram na valorização profissional de seus empregados, capacitando-os a responder de forma precisa às crescentes exigências impostas pelo nível de crescimento da economia do País. Contudo, não foi ampliado o efetivo de pessoal, que permaneceu praticamente inalterado em relação ao ano anterior:

1976-1.537 funcionários,
1977-1.509 funcionários,

Através do Plano Global de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que compreende seis programas de treinamento e aperfeiçoamento para os diversos grupos profissionais, o Banco treinou 41% do seu quadro de pessoal. A ênfase, no Plano, foi dada ao subprograma Desenvolvimento Técnico, no qual foram treinados 585 empregados.

O principal instrumento utilizado para o aperfeiçoamento profissional foi a execução de cursos e seminários voltados para atividades administrativas e operacionais, realizados por equipes especializadas tanto no próprio Banco quanto em outras instituições.

As taxas de ingresso e desligamento de pessoal permaneceram em torno

do mesmo percentual, ocorrendo apenas reposições. Assim, no final de 1977, o Banco contava em sua estrutura de cargos com 11% de executivos, 36% de profissionais e 53% de apoio administrativo. A maior variação ocorreu no Grupamento de Profissionais, que cresceu 10% em relação a 1976, devido à promoção de adestrandos (categoria intermediária entre estagiário e técnico) para o nível de técnicos e ao ingresso de profissionais admitidos por seleção pública realizada no ano anterior.

Mesmo não tendo realizado seleção pública para estagiários, o Banco cumpriu sua política de integração empresa/universidade através do adestramento de 71% dos estagiários existentes em dezembro de 1976 e da manutenção de treinamento dos 29% que permanecem em estágio.

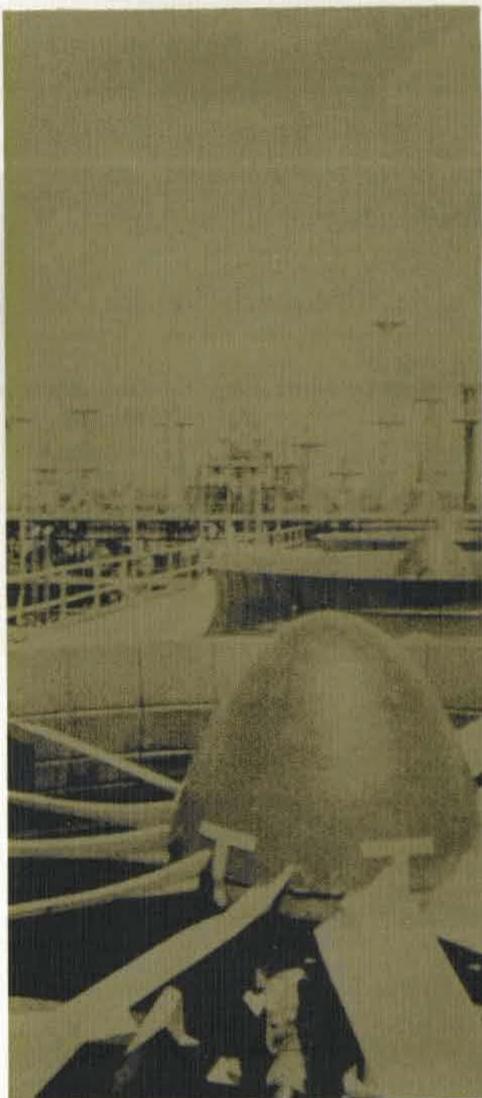
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No final do exercício, a Diretoria aprovou uma reformulação na Organização Interna do Banco, que, a partir de 1 de janeiro de 1978, para efeitos administrativos e de distribuição de tarefas, passou a ser subdividido em oito grandes Áreas, a saber:

- Área de Planejamento
- Área de Representação
- Área de Projetos I
- Área de Projetos II
- Área de Projetos com Agentes
- Área de Administração
- Área de Finanças
- Área Jurídica

Denomina-se de Superintendente o cargo de hierarquia mais elevado em cada Área.

Subsidiárias e Entidade Vinculada



FINAME

Com a aplicação de Cr\$ 18 bilhões no apoio à produção e comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no País, valor que corresponde exatamente ao teto fixado pelas autoridades monetárias para os desembolsos da Agência em 1977, a FINAME emprestou decisiva contribuição para que fosse vencida mais uma etapa do processo de consolidação definitiva da indústria nacional de bens de capital.

Embora esse resultado traduza incremento nominal e real da ordem de 73% e de 23%, respectivamente, em relação ao volume das liberações no ano anterior, deve-se reconhecer que a demanda de crédito não pôde ser integralmente satisfeita, uma vez que a Agência teve seus recursos limitados, dentro da política de combate à inflação empreendida pelo Governo federal.

Em vista disso, a FINAME viu-se na contingência de fazer alguns ajustamentos em suas normas e critérios de financiamento, procurando, todavia, manter o mais inalterado possível o ritmo do programa de substituição de importações de máquinas e equipamentos.

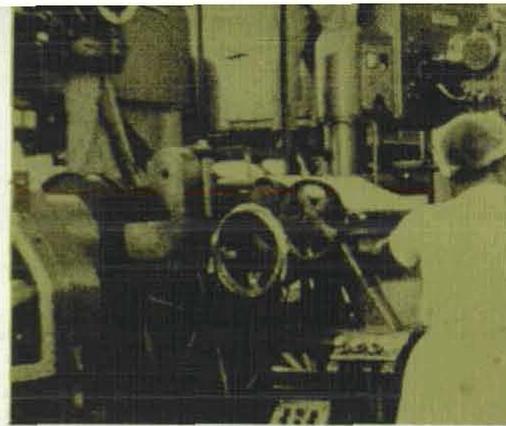
Ainda no início de 1977, a FINAME estabeleceu novos índices de nacionalização de equipamentos financiados, com vigência a partir de 01.10.77, exigindo um mínimo de 85% para os equipamentos tradicionalmente fabricados no País e de 65% para aqueles de fabricação pioneira e que envolvam elevado conteúdo tecnológico.

Dentro do quadro de relativa carência de recursos que viveu a FINAME, foram adotados alguns ajustamentos em seus critérios operacionais, com o objetivo maior de compatibilizar o limite máximo fixado para aplicação à demanda efetiva de recursos. Para tanto, foi realizada acurada análise, com a preocupação de reduzir ao mínimo os efeitos negativos desses ajustamentos, levando em conta que o apoio financeiro da FINAME é de fundamental importância na comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País.

FINAME Desembolsos efetivados

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	4.364
1976	10.424
1977	18.044

Em consequência dessas medidas, bem como da antecipação para 1976 de parcela significativa de operações passíveis de receber os benefícios da correção monetária limitada em 20%, o volume de deferimentos atingiu, em 1977, Cr\$ 27.144 milhões, traduzindo um crescimento nominal de 4% e decréscimo de 26%, em termos reais, quando comparado com o total de deferimentos em 1976.



FINAME

Operações aprovadas

ANO	Cr\$ MILHÕES
1975	8.519
1976	26.243
1977	27.144

O objetivo das alterações das normas operacionais da Agência foi reduzir os impactos sobre o Programa Pequena e Média Empresa, uma vez que o segmento é amplamente dominado pelas empresas de efetivo controle nacional, responsáveis por parcela expressiva do emprego gerado no País. O Programa Longo Prazo foi o mais afetado pelas referidas alterações, especialmente a faixa de equipamentos destinados à prestação de serviços de transporte

rodoviário de carga e de construção civil, uma vez que se considerou terem os mesmos maiores possibilidades de fontes alternativas para seu financiamento. O Programa Especial, mais uma vez, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, foi o responsável pela maior parcela dos recursos liberados e do valor comprometido pela Agência.

Deve ser ressaltada ainda a contribuição decisiva dos agentes financeiros na obtenção dos resultados alcançados, assegurando a manutenção da agilidade operacional característica da FINAME, mesmo nas operações de maior vulto, relativas aos setores de infra-estrutura e de insumos básicos. O quadro a seguir mostra o desempenho da Agência, por programas:

Programas	Valores em Cr\$ milhões correntes			
	Desembolsos		Operações Aprovadas	
	1976	1977	1976	1977
Pequena e Média Empresa	1.190,8	2.429,1	1.937,0	2.604,5
Longo Prazo	4.442,3	5.732,5	7.351,9	4.963,9
Especial	4.791,2	9.882,5	16.955,0	16.675,9
Total	10.424,3	18.044,1	26.243,9	27.244,3

nos últimos anos elevou-se a Cr\$ 2.246,2 milhões, sendo que nos contratos em andamento este valor é de Cr\$ 1.638,4 milhões, que, comparado ao valor já integralizado de Cr\$ 570,4 milhões, resulta em um saldo de comprometimento de Cr\$ 1.067,9 milhões, ainda a ser desembolsado.

O valor corrigido dos deferimentos da EMBRAMEC atinge Cr\$ 1.840,3 milhões, que correspondem a um investimento global da ordem de Cr\$ 15.876,4 milhões no setor de máquinas e equipamentos industriais.

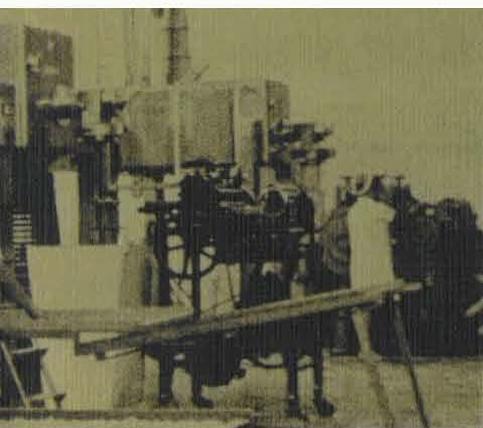
Cabe salientar que, se o período de 1975/76 configurou-se como um período de ativação da economia, quando os estímulos concedidos pelo Governo tiveram ampla repercussão e receptividade junto ao empresariado nacional, 1977 caracterizou-se como um ano de desaquecimento da economia. Ainda que o número de consultas tenha se mantido a um nível razoável, os próprios critérios de seletividade normalmente adotados, em face da situação conjuntural, resultaram em apoio mais comedido.

Observe-se que, das empresas que compõem a carteira de ações, cerca da metade encontram-se em fase de implantação, pré-operação ou em processo de substancial expansão. Mesmo assim, durante o exercício foram recebidos

EMBRAMEC

Durante o ano de 1977 a EMBRAMEC realizou 19 operações no valor de Cr\$ 269,7 milhões, sendo Cr\$ 125,9 milhões referentes a participações societárias e Cr\$ 143,8 milhões a financiamentos a acionistas (Finac).

O valor total acumulado das garantias de subscrição prestadas



dividendos no valor de Cr\$ 24,1 milhões e bonificações equivalentes a Cr\$ 39,0 milhões. Por outro lado, também foi possível a colocação de ações de nossa carteira no mercado, tendo sido vendidas em Bolsa ações das empresas Engesa e Randon.

EMBRAMEC Operações aprovadas

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	308
1976	1.428
1977	269

Como agente de fomento do setor privado nacional na área de bens de capital, a EMBRAMEC não se restringe apenas ao apoio para a consolidação financeira das empresas fabricantes, mas estimula também a sua especialização, forma de conseguir melhoria de eficiência e domínio das tecnologias envolvidas.

EMBRAMEC Desembolsos efetivados

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	145
1976	553
1977	573

FIBASE

A FIBASE, em 1977, procurou ajustar suas aplicações e seu programa-orçamento ao novo quadro geral da economia, orientando-se segundo as seguintes prioridades específicas:

- consolidar empresas e projetos em anos anteriores;
- apoiar empreendimentos existentes, sob controle privado nacional, para a superação de situações conjunturais críticas;
- executar, em conjunto com outras agências, projetos estratégicos inadiáveis.

Adicionalmente, como agente do BNDE, a FIBASE passou a operar uma linha específica de financiamento a acionistas privados nacionais (operação Finac), para a capitalização de empresas do setor de insumos básicos e, por essa via, melhorar a sua estrutura de recursos.

O resultado dessa orientação revela a realização de 36 operações em 1977, o que já supera individualmente quaisquer dos anos anteriores, sendo 29 de participação acionária e sete de financiamento a acionistas. Nessas operações foram comprometidos recursos da FIBASE em montante superior a Cr\$ 1,8 bilhão no período de janeiro a dezembro, induzindo inversões totais, a preços correntes, de aproximadamente Cr\$ 6,1 bilhões nos empreendimentos apoiados.

Sendo uma agência específica de fomento, destinada a apoiar iniciativas que permitam a execução de empreendimentos relevantes na

área dos insumos básicos, é natural que o enfoque setorial dê a tônica fundamental da ação da FIBASE. Entretanto, na distribuição setorial, tem-se procurado incentivar setores retardatários, de modo a atribuir-lhes dinamismo sob efetivo controle nacional.

A distribuição por setores, focalizando-se somente o ano de 1977, indica essa preocupação, confirmando a prioridade concedida aos empreendimentos das áreas de fertilizantes (seis operações), indústria farmacêutica (três) e mineração e pesquisa mineral (três).

FIBASE Operações aprovadas

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	306
1976	1.501
1977	1.827

Quanto à distribuição regional das aplicações, tem-se procurado orientar a ação da FIBASE no sentido de apoiar mais fortemente empreendimentos localizados nas regiões menos desenvolvidas, como forma de melhorar a distribuição espacial dos investimentos.

Do total de 36 operações realizadas em 1977, duas beneficiaram o Norte, com uma participação de Cr\$ 12.000 mil; quatorze o Nordeste, com uma participação de Cr\$ 820.190 mil;

quinze o Sudeste, com Cr\$ 1.237.943 mil; e cinco o sul, com Cr\$ 264.292 mil.

FIBASE

Desembolsos efetivados

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	581
1976	888
1977	1.678

Apesar da contenção das aplicações das agências governamentais em 1977, dentro da política econômica adotada pelo Governo federal visando reduzir o ritmo inflacionário, a FIBASE não sofreu restrições em termos de recursos, tendo merecido do BNDE a totalidade registrada no Orçamento de Investimentos de seu principal acionista. A manutenção, sem cortes, dos recursos programados da FIBASE resulta da elevada prioridade atribuída pelo BNDE ao setor de insumos básicos, de modo a viabilizar a implementação dos planos setoriais definidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

A participação dos projetos apoiados pela FIBASE no acréscimo da capacidade brasileira de produção de insumos básicos já é bastante expressiva. Como casos significativos registram-se: celulose e papel, cobre e zinco, produtos petroquímicos básicos e concentrado de rocha fosfática, os quais, quando operando a plena capacidade, deverão proporcionar cerca de 820 milhões de dólares por ano de impacto favorável na balança comercial brasileira.

IBRASA

Orientada para o apoio à empresa privada nacional, a IBRASA aprovou em 1977 operações no valor de Cr\$ 501,5 milhões, participando hoje de 57 empresas num montante de Cr\$ 1.570 milhões.

Atuando no ano de 1977 com base na política adotada pelo Governo federal, a IBRASA estabeleceu critérios mais rígidos na seleção dos investimentos, o que resultou num volume de aportes pouco inferior ao de 1976.

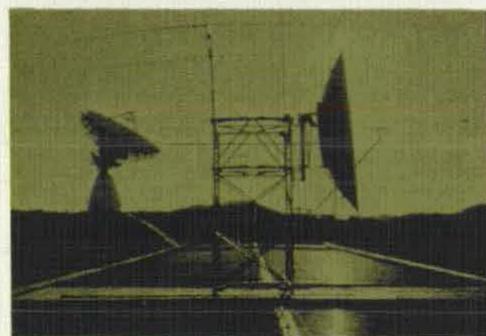
As operações da IBRASA, como vem ocorrendo desde a sua criação, foram dirigidas prioritariamente para setores de atividades cuja presença na estrutura industrial do País atende aos objetivos de política econômica perseguidos pelo Governo, sem se afastar das diretrizes que nortearam a sua criação.

IBRASA

Operações aprovadas

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	394
1976	717
1977	501

Setorialmente, lideram as aplicações o setor alimentício, com 21,4% e os setores metalúrgico, com 13,9%; têxtil, com 11,3%; e madeireiro industrial, com 9,7%; e



material de construções, com 5,7%. O restante das aplicações encontra-se nos setores de plásticos, sabões e detergentes, eletro-eletrônico, serviços e outros.

IBRASA

Desembolsos efetivados

ANO	CR\$ MILHÕES
1975	362
1976	622
1977	532

A diminuição do ritmo de expansão da economia em 1977 motivou, no plano interno, o aperfeiçoamento da estrutura organizacional e técnica da empresa. Criada há pouco mais de três anos, a IBRASA apresenta acentuadas taxas de crescimento, tornando-se necessária, a cada ano, um análise crítica do seu desempenho, buscando uma melhor performance com um mínimo de crescimento das disponibilidades físicas.

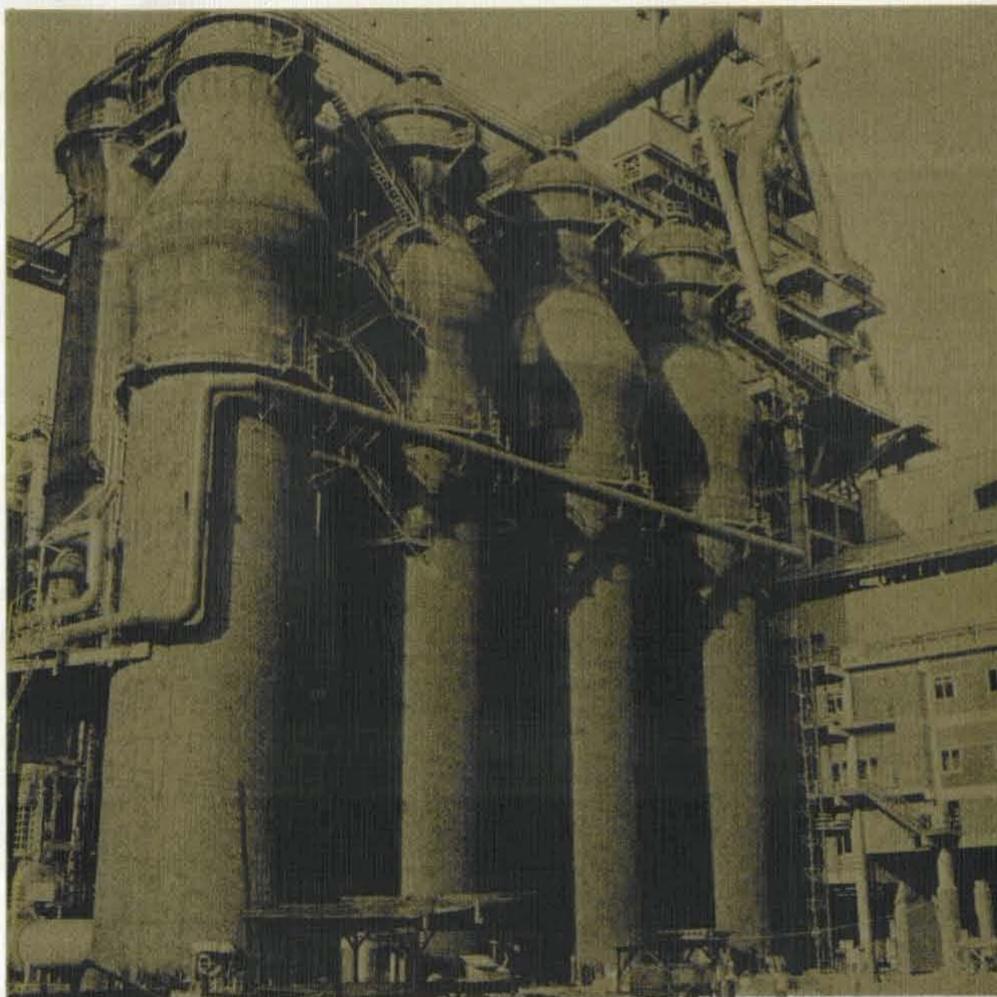
Embora seja alimentada regularmente com recursos do BNDE, a IBRASA já está voltada para um de seus objetivos finais, ou seja, o de poder se auto-sustentar a médio ou longo prazo. A criação de uma área específica para o Mercado de Capitais dinamizou este processo, oferecendo possibilidades mais reais para a colocação de ações adquiridas quando de aportes sob forma de participação acionária. Em 1977, foram recebidos Cr\$ 46 milhões em dividendos e Cr\$ 112 milhões em bonificações, e foram vendidas ações no valor de Cr\$ 14 milhões.

CEBRAE

O Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), entidade vinculada ao BNDE, incentivou a participação da pequena e média empresa no desenvolvimento econômico e social do País, através de estudos e pesquisas, consultoria e treinamento, nos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços.

Trata-se de um organismo que, pela sua rede de executores, se estende por todo o território nacional, atuando em todos os setores da economia na busca da melhor gestão empresarial. Em 1977, simultaneamente à ação junto aos bancos de desenvolvimento, o CEBRAE procurou atender também o interior dos Estados, no esforço de melhor distribuir espacialmente a atividade econômica e, conseqüentemente, a renda.

O CEBRAE e seus agentes complementam seu esforço de apoio às pequenas e médias empresas estimulando a realização de estudos e pesquisas que visam obter um conhecimento mais profundo da realidade da empresa nacional, em termos de suas necessidades gerenciais, financeiras e tecnológicas. Neste sentido, o Programa de Estudos e Pesquisas do CEBRAE apresentou em 1977 o seguinte quadro de realizações:



NATUREZA	PREVISTO	CONTRA TADO
Diagnósticos Setoriais	20	7
Oportunidade de Investimentos	14	5
Documentação e Informação	6	7
Pesquisa Básica	—	2
Outros	3	2
Total	43	23

O Programa de Estudos e Pesquisas do CEBRAE desenvolve ainda uma linha de estudos especiais, de natureza básica, procurando melhor situar a problemática do empresário nacional, com o objetivo de sugerir medidas de fortalecimento da pequena e média empresa, ao nível de política econômica governamental.

Em consultoria prestada diretamente, o CEBRAE contratou 885.027 horas/técnico, que representam 95% do previsto nos convênios assinados. Desta disponibilidade foram utilizadas efetivamente 696.657 horas/técnico, o que representa um índice de produtividade de 78%. Nesta atividade, o CEBRAE conseguiu atingir diretamente 7.442 empresas, sendo 5.115 pequenas e médias e 2.327 micro-empresas, com aplicação média por empresa de 127 horas/técnico e 20 horas/técnico, respectivamente.

No Programa Treinamento Empresarial, foram ministrados 1.274 cursos, com 30.050 horas/aula, para 32.779 participantes. Em termos de desenvolvimento de recursos humanos do CEBRAE, foram realizados 38 cursos para 906 participantes, com a carga de 6.544 horas/aula.

O Programa de Treinamento de Bancos de Desenvolvimento (BNDE/CEBRAE/ABDE) realizou em 1977 10 seminários, totalizando 301 horas/atividade; 6 cursos, com 2.159 horas/aula; 85 treinamentos em serviços; e apoiou 7 bancos em 12 programas internos. Foram treinadas 976 pessoas.

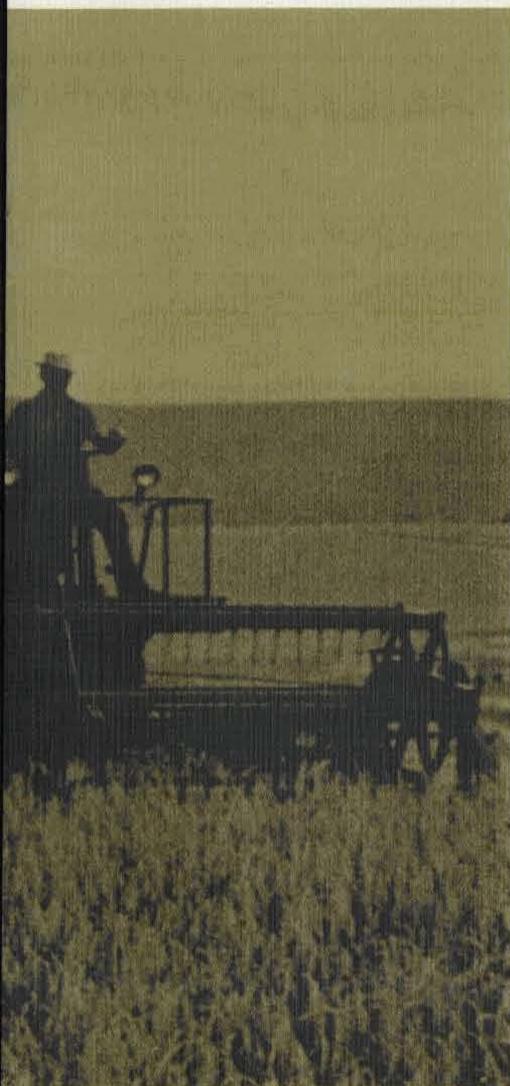
Utilizando-se dos instrumentos de Consultoria e Treinamento Empresarial, o CEBRAE vem desenvolvendo 11 programas especiais. Já o Programa Nacional de Treinamento de Executivos, que atua no sentido de fortalecer a capacidade gerencial do empresário brasileiro, realizou 182 cursos para 4.752 participantes, com a carga de 8.373 horas/aula, atingindo aproximadamente 2.800 empresas.

Fato marcante da atuação do CEBRAE no ano de 1977 foi a realização do I Simpósio Latino-Americano e do Caribe de Pequena e Média Empresa — I SLAMP —, que reuniu 375 instituições de 20 países participantes. Realizou-se também o I Seminário Nacional de Produtividade, evento de importância, destinado a proporcionar subsídios ao pequeno e médio empresário para a melhoria da utilização dos fatores de produção disponíveis nas empresas.

Em 1977, o CEBRAE cuidou ainda de identificar e mobilizar estruturas já existentes, ou em formação, de apoio à pequena e média empresa, como decorrência das medidas de apoio ao setor anunciadas em 24 de agosto pelo Presidente da República.



Perspectivas para 1978



A Presidência da República fixou, em dezembro de 1977, o limite de Cr\$ 69,5 bilhões para o programa de desembolsos do BNDE no ano de 1978. Este limite foi estabelecido em sintonia com o esforço do Governo federal no sentido de reduzir o ritmo do processo inflacionário do País e representa um incremento de 59% sobre o volume de desembolsos do ano de 1977. Perfeitamente integrado nesse esforço governamental, o BNDE utilizará a maior parte de seus recursos para atender a compromissos já contratados, dentro das prioridades estabelecidas.

Dos Cr\$ 69,5 bilhões que serão aplicados pelo BNDE, o Programa de Insumos Básicos será o mais beneficiado: neste setor serão desembolsados Cr\$ 28,6 bilhões, o que corresponde a 41% do total.

Dentro do Programa de Equipamentos Básicos serão desembolsados Cr\$ 23,7 bilhões, ou seja, 34% do total. Em Outros Programas Prioritários o desembolso será de Cr\$ 17,2 bilhões, o que representa 25% do total.

Na decomposição do Programa de Insumos Básicos por subprogramas, o item Siderurgia absorverá a

maior parte dos recursos: Cr\$ 9,5 bilhões. O quadro da distribuição de recursos para o setor de insumos básicos é o seguinte:

SUBPROGRAMAS	CR\$ MILHÕES
Siderurgia	9.500
Química e Petroquímica	4.050
Celulose e Papel	3.750
Fertilizantes	2.250
Metalurgia de Não-Ferrosos	2.050
Cimento	1.500
Mineração	700
Repasse à FIBASE	4.800

No Programa de Equipamentos Básicos, a distribuição dos recursos por subprogramas é a seguinte:

SUBPROGRAMAS	CR\$ MILHÕES
Bens de Capital e Componentes	2.500
Repasse à FINAME	19.900
Repasse à EMBRAMEC	1.300

Neste Programa deve-se destacar que o volume de aplicações da FINAME em 1978 deverá alcançar Cr\$ 30 bilhões, uma vez que, além dos Cr\$ 19,9 bilhões que terá dentro do Orçamento de Investimentos, esta subsidiária agregará cerca de Cr\$ 9 bilhões de retorno de suas aplicações.

Em Outros Programas Prioritários, a ênfase será o maciço apoio às empresas de pequeno e médio porte, através dos agentes financeiros. Os recursos destinados a este setor da atividade econômica, incluindo-se capitalização de empresas e os repasses à IBRASA, deverão alcançar Cr\$ 11,3 bilhões.

Análise Econômico-Financeira

O lucro obtido pelo BNDE em 1977 atingiu Cr\$ 3.431 milhões, representando em termos reais um

acréscimo de 9% sobre o resultado do ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

BNDE				
Demonstração comparativa de resultados				
	(Cr\$ milhões)			
	1976	1977		Variação
	Cr\$	Cr\$	Cr\$ defl. para 76	77/76 (defl.)
RECEITAS	19.473	23.692	17.132	— 12%
Juros e Comissões	3.726	4.985	3.605	— 3%
Correção Monetária	14.886	18.041	13.045	— 12%
Rendas de Participação Societária	847	648	469	— 45%
Outras	14	18	13	— 7%
DESPESAS	17.195	20.261	14.651	— 15%
Juros e Comissões	2.084	2.981	2.155	+ 3%
Corr. Monetária e Var. Cambial	5.999	8.896	6.433	+ 7%
Manutenção do Capital de Giro Próprio	6.722	6.430	4.650	— 31%
Provisão p/ Risco de Crédito	1.106	15	11	— 99%
Despesas Administrativas	584	773	559	— 4%
Outras	60	70	51	— 15%
Imp. de Renda	640	1.096	792	+ 24%
LUCRO LÍQUIDO	2.278	3.431	2.481	+ 9%
CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	103.830	177.131	128.066	+ 23%
ORTN (média anual em Cr\$)	154,60	213,80		

Esse resultado foi obtido com uma carteira de financiamentos e participações societárias que aumentou 71% nominais, ou 23% deflacionados, estando nela incluídas as aplicações realizadas com os recursos do fundo PIS/PASEP. O lucro anual correspondeu a 1,9% desta carteira. Em um estudo comparativo dos resultados do Banco, destacam-se os seguintes tópicos:

- A quase totalidade dos financiamentos concedidos pelo BNDE são reajustados (gerando receita para o Banco) com base

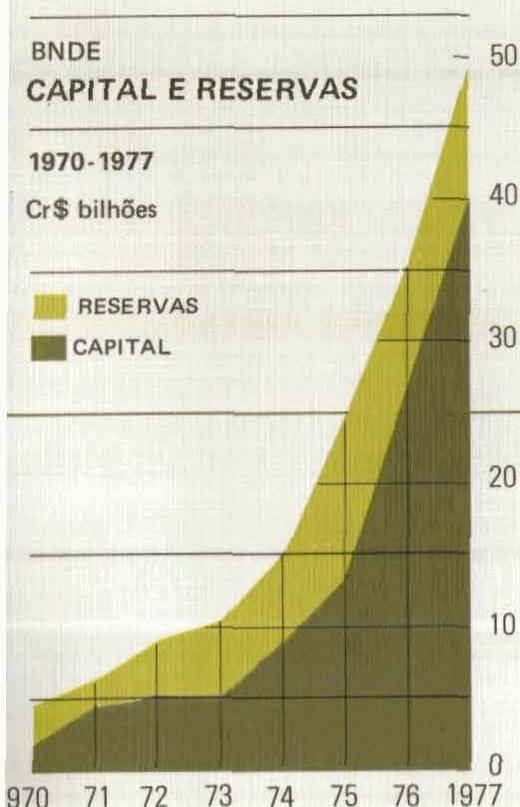
na variação do valor nominal das ORTN's, enquanto que considerável parcela do passivo é corrigida (gerando despesa) com base na oscilação das cotações de moedas estrangeiras. Este fato torna o lucro do BNDE fortemente sensível à diferença entre a correção monetária e a variação cambial, diferença esta que vem sendo reduzida a partir de 1975 e que foi praticamente nula em 1977; Quanto à composição dos recursos aplicados pelo Banco, persiste a tendência de maior utilização de valores exigíveis. A

BNDE CAPITAL E RESERVAS

1970-1977

Cr\$ bilhões

RESERVAS
CAPITAL



participação de recursos de terceiros nos negócios do BNDE evoluiu de 60% em 75 para 68% em 76, até atingir 74% neste ano. Esse endividamento ocasiona a elevação do custo de captação e dificulta a política que vem sendo cuidadosamente exercida pelo Banco de redução das taxas de novos financiamentos;

— A Provisão para Risco de Crédito foi constituída em 1976, tendo sofrido portanto um lançamento atípico naquele ano. Se os demonstrativos fossem expurgados desta conta, para efeito de uma comparação segundo critérios mais homogêneos, observar-se-ia que o lucro do Banco teria experimentado em 1977 um decréscimo real de 19%.

Para a consecução dos objetivos governamentais de equilíbrio da

balança de pagamentos e redução dos níveis inflacionários, a política econômica foi orientada no sentido de um menor crescimento de atividade e também de um rígido controle monetário.

Em que pese isso, o acúmulo de contratações em 1976 — devido ao D.L. 1.452/76 — causou em 1977 uma forte pressão sobre a caixa. No quadro que se segue, são apresentadas as origens e aplicações de recursos do BNDE durante os anos de 1976 e 1977.

AUMENTO DE CAPITAL

Autorizado pelo Presidente da República na Exposição de Motivos nº 456 de 13/12/77 da Secretaria de Planejamento, o BNDE aumentou seu capital de Cr\$ 27 bilhões para Cr\$ 40 bilhões mediante a utilização de reservas e créditos da União.

O gráfico mostra a evolução do patrimônio líquido do Banco.

BNDE

Demonstração de origens e aplicações

(Cr\$ milhões)

	1977		1976	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
DISPONÍVEL INICIAL				
P/ APLICAÇÕES A LONGO PRAZO	7417	—	1.170	—
ORIGEM DOS RECURSOS	55.011	100	37.202	100
Geração Interna	16.383	30	9.888	20
Dotação Orçamentária	1.090	2	300	1
Financiamentos no País	8.959	16	5.182	14
Fundos Administrativos (1)	21.633	39	16.473	44
Financiamentos no Exterior	5.437	10	1.766	5
Diversos	1.509	3	3.593	16
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	54.622	100	38.789	100
Financiamentos	41.131	75	28.500	73
Participações Societárias (2)	3.320	6	1.993	5
Outras Operações	3.721	7	4.965	13
Pagamento de Empréstimos	4.268	8	2.227	6
Diversos	2.182	4	1.104	3
DISPONÍVEL FINAL P/ APLICAÇÕES				
A LONGO PRAZO (3)	(28)	—	(417)	—

(1) Incluem os recursos transferidos ao BNDE pelo PIS/PASEP, bem como o retorno de suas aplicações.

(2) Incluídas as participações do Banco em suas Subsidiárias.

(3) Corresponde à diferença entre os valores disponíveis e os exigíveis de imediato.

BNDE
Balço Patrimonial
Em Cr\$ Mil

ATIVO	31 DE DEZEMBRO	
	1977	1976
DISPONÍVEL		
Caixa e bancos	261.665	149.308
Aplicações financeiras no mercado aberto	15	552.855
	<u>261.680</u>	<u>702.163</u>
REALIZÁVEL		
Empréstimos e financiamentos	148.664.966	88.571.068
Provisão para risco de crédito	(1.034.850)	(1.106.209)
	<u>147.630.116</u>	<u>87.464.859</u>
A receber do Tesouro Nacional	3.206.120	972.097
Participações societárias	6.190.541	4.603.922
Aplicações financeiras — títulos federais e outros	8.607.288	7.521.286
Outros ativos	494.607	247.203
	<u>166.128.672</u>	<u>100.809.367</u>
IMOBILIZADO		
Financeiro — participações societárias	19.069.740	9.682.916
Técnico		
Imóveis de uso e em construção	615.313	225.693
Móveis, utensílios e veículos	34.846	31.677
Depreciação acumulada	(38.763)	(27.678)
	<u>19.681.136</u>	<u>9.912.608</u>
DIFERIDO	5.893	4.431
	<u>186.077.381</u>	<u>111.428.569</u>
PASSIVO	31 DE DEZEMBRO	
	1977	1976
EXIGÍVEL		
Depósitos		
A vista	1.184.478	999.378
A prazo fixo	212.278	129.967
Arrecadação por conta de terceiros	658.767	1.100.855
Outros	515.210	351.703
Empréstimos e financiamentos		
Locais	39.705.667	26.054.227
Do exterior	17.807.226	9.259.183
Recursos repassados para aplicação		
Fundo de Participação PIS/PASEP	75.249.066	37.341.598
Outros	90.487	2.108
Imposto sobre a renda	1.164.000	625.000
Imposto sobre operações financeiras	52.353	24.507
Outras exigibilidades	731.679	495.169
	<u>137.371.211</u>	<u>76.383.695</u>
DIFERIDO	1.388	1.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	40.000.000	27.000.000
Reservas	8.704.782	8.043.486
	<u>48.704.782</u>	<u>35.043.486</u>
	<u>186.077.381</u>	<u>111.428.569</u>

Marcos Pereira Vianna
Presidente

Afonso José Guerreiro de Oliveira
Diretor

Alberto dos Santos Abade
Diretor

Gilvan de Oliveira Azevedo
Diretor

BNDE
 Demonstração do Resultado
 Em Cr\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	31 DE DEZEMBRO	
	1977	1976
RECEITAS		
Operacionais		
Empréstimos, financiamentos, avais, fianças e aplicações financeiras		
Juros e comissões	4.985.732	3.725.879
Correção monetária	18.040.912	14.885.434
Participação nos lucros de subsidiárias	111.446	28.582
Dividendos de outras participações societárias		
Em dinheiro	201.824	143.873
Em ações	334.904	675.679
Não-operacionais		
Diversas eventuais	17.761	13.855
	<u>23.692.579</u>	<u>19.473.302</u>
DESPESAS		
Operacionais		
Financeiras		
Juros e comissões	2.980.641	2.084.442
Correção monetária	4.861.469	3.499.440
Variações cambiais	4.034.464	2.499.513
Administrativas e gerais		
Remuneração de diretores e conselheiros	4.549	3.843
Pessoal		
Remuneração	314.408	205.710
Encargos sociais	160.068	154.697
Contribuição ao PASEP	189.541	155.785
Outras	104.635	63.679
Depreciação	8.000	6.667
Apoio financeiro não reembolsável	61.815	53.314
Provisão para risco de crédito	14.892	1.106.209
Não-operacionais		
Diversas eventuais	1	342
Efeitos da inflação (manutenção do capital próprio em giro)	6.430.279	6.722.590
Imposto sobre a renda	1.096.326	639.558
	<u>20.261.088</u>	<u>17.195.789</u>
LUCRO LÍQUIDO	<u><u>3.341.491</u></u>	<u><u>2.277.513</u></u>

As notas anexas
 são parte integrante
 destas demonstrações
 financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 1977 e 1976

NOTA 1 — DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os princípios e procedimentos contábeis mais relevantes adotados pelo BNDE na elaboração das demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 1977 e 1976 podem ser sintetizados como segue:

a) Regime contábil

É adotado o de competência de exercícios; as receitas, despesas e custos de operações financeiras são acumulados em função da fluência dos prazos contratuais das respectivas operações ou das épocas de concretização das operações ou outros eventos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em títulos mobiliários federais, vinculados ou não ao mercado aberto, são demonstradas ao custo acrescido de correção monetária acumulada. Os juros acumulados são demonstrados no realizável sob outros ativos.

As aplicações financeiras em ações são demonstradas ao custo.

c) Empréstimos e financiamentos a receber

São demonstrados pelos montantes dos créditos perante instituições financeiras repassadoras e perante mutuários corrigidos monetariamente em conformidade com as correspondentes fórmulas contratuais.

d) Provisão para risco de crédito

É constituída em bases conformes com a legislação tributária do imposto sobre a renda e é bastante para cobrir eventuais perdas que poderiam decorrer da realização dos empréstimos e financiamentos.

e) Participações societárias

Os investimentos em empresas subsidiárias são demonstrados com base no princípio de equivalência patrimonial. Os investimentos em outras empresas são demonstrados ao custo acrescido do valor nominal das ações recebidas em bonificação; tais bonificações são demonstradas como receitas. Os investimentos em outras empresas são apresentados sob o realizável por representarem apoio financeiro de caráter não-permanente.

f) Empréstimos e financiamentos a pagar

São ajustados com base na variação das taxas oficiais de câmbio ou em conformidade com os critérios e fórmulas contratuais de correção monetária.

g) Recursos repassados para aplicação

Os recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP são

acrescidos dos rendimentos (juros, correção monetária e dividendos) resultantes das correspondentes aplicações em empréstimos e financiamentos a mutuários e em carteira de investimentos.

h) Efeitos da inflação

A provisão destinada a escoimar o resultado das operações pelos efeitos da inflação sobre a parcela do patrimônio líquido aplicada nas operações (capital próprio em giro) é apresentada como um encargo do exercício e agregada a uma conta de reserva de capital.

i) Imposto sobre a renda

É contabilizado pelo montante bruto a recolher. Quando da entrega da declaração de rendimentos, no exercício seguinte, a economia tributária decorrente da opção em aplicar em incentivos fiscais é creditada ao resultado sob a rubrica de imposto sobre a renda.

NOTA 2 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A RECEBER

A concessão de empréstimos e financiamentos obedece às condições estabelecidas para a implementação de programas setoriais de desenvolvimento de atividades econômicas e de pesquisa e exploração, vinculados aos planos globais, regionais e setoriais de desenvolvimento do país. Uma parte expressiva dos recursos provém de contribuições para o Fundo de Participação PIS/PASEP arrecadadas através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A. e repassadas ao BNDE para aplicação nos termos da legislação.

Cr\$ MILHÕES

1977 1976

Os prazos de amortização e os encargos financeiros (juros, comissões e correção monetária) e a periodicidade de seu cômputo variam de acordo com as condições de cada programa. O reescalonamento de dívidas é facultado em circunstâncias especiais.

As operações de mútuo estão amparadas por garantias reais, avais, fianças e outras colaterais.

Em conformidade com a legislação federal (Decreto-Lei nº 1452/76), a correção monetária aplicável a determinadas operações contratadas com mutuários em 1975 e 1976 está limitada a 20% por exercício. O benefício concedido, corrigido monetariamente com base na variação das ORTNs até 31 de dezembro de 1977, ascendeu a Cr\$ 3.206.000.000. Esse montante será utilizado para compensar o imposto sobre a renda a pagar referente ao resultado do exercício de 1977, de Cr\$ 1.164.000.000; a parcela remanescente será ressarcida pelo Tesouro Nacional em 1979 por montante equivalente em ORTNs.

NOTA 3 — PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A participação no patrimônio líquido das empresas subsidiárias — cujas operações na realidade se constituem numa extensão das do BNDE — equivale ao montante dos investimentos conforme demonstrados pelos registros contábeis, com base em

	1977	1976
Subsidiárias (controle de aproximadamente 100%)		
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME	12.045	5.900
Investimentos Brasileiros S.A. — IBRASA	2.169	1.506
Mecânica Brasileira S.A. — EMBRAMEC	1.653	794
Insumos Básicos S.A. — Financiamentos e Participações — FIBASE	3.203	1.483
	<u>19.070</u>	<u>9.683</u>
Outras		
Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA	1.421	1.144
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, S.A. — USIMINAS	1.893	1.755
Companhia Ferro e Aço de Vitória — COFAVI	92	77
Usiminas Mecânica S.A. — USIMEC	288	173
Light Serviços de Eletricidade S.A.	1.024	768
Aracruz Celulose S.A.	534	181
Diversas empresas	939	506
	<u>6.191</u>	<u>4.604</u>

demonstrações financeiras auditadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1977. As participações societárias nas demais empresas acima nomeadas estão igualmente em linha com a equivalência da participação do BNDE nos

correspondentes patrimônios líquidos.

Os créditos a receber por empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDE às empresas acima nomeadas podem ser assim resumidos:

	Taxas de juros em contratos com correção monetária com base em ORTNs %	Cr\$ MILHÕES	
		1977	1976
FINAME (1977 — inclui Cr\$ 1.316.000.000 de repasse de recursos do Banco Central do Brasil, Juros de 8,5% ao ano sem correção monetária)	4 e 5	27.742	12.716
IBRASA	3	185	
EMBRAMEC	3	120	
FIBASE	3	257	
COSIPA	3,5 e 5	8.026	6.234
USIMINAS	5	5.574	4.003
COFAVI	5	28	25
USIMEC	2, 4, 7 e 8	805	582
ARACRUZ	3, 4 e 8	2.176	931
		<u>44.913</u>	<u>24.491</u>

NOTA 4 — PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O BNDE reveste a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e está vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e sujeito às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As ações representativas do capital são de propriedade da União. Em 1977 o capital foi aumentado de Cr\$ 27.000.000.000 para Cr\$ 40.000.000.000 mediante a utilização de reservas.

A movimentação havida nas demais contas representativas do patrimônio líquido pode ser resumida como segue:

	Cr\$ MILHÕES	
	1977	1976
No início do exercício	8.043	11.608
Acréscimos		
Recebimento de recursos orçamentários da União, para utilização em futuro aumento de capital	1.390	300
Produto da correção monetária do ativo imobilizado técnico	39	21
Participação nos acréscimos patrimoniais de subsidiárias, exceto lucros	2.387	1.014
Efeitos da inflação sobre o capital próprio em giro	6.430	6.722
Lucro líquido do exercício	3.431	2.278
Outros	85	50
Decréscimos		
Utilização em aumento de capital	(13.000)	(13.750)
Participação da União nos resultados	(100)	(200)
No fim do exercício	<u>8.705</u>	<u>8.043</u>

Os montantes totais acima, demonstrados como reservas nos

balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 1977 e 1976, incluem as seguintes rubricas:

	Cr\$ MILHÕES	
	1977	1976
Reservas de capital, provenientes de		
Manutenção do capital próprio em giro	3.205	4.534
Correção monetária do ativo imobilizado técnico	5	46
Participação nos acréscimos patrimoniais de subsidiárias, exceto lucros	2.387	574
Reservas decorrentes de apropriação de lucros, inclusive a legal	2.487	2.869
Crédito da União decorrente do suprimento de recursos	620	20
Outras	1	
	<u>8.705</u>	<u>8.043</u>

NOTA 5 — CONCESSÃO DE GARANTIAS

As operações do BNDE abrangem a concessão de garantias, em nome próprio ou do Tesouro Nacional, principalmente na forma de aval, quanto a obrigações assumidas por empresas nacionais em operações de crédito negociadas com instituições financeiras e fornecedores estrangeiros. As garantias concedidas são contra-garantidas pelos mutuários. Os desembolsos feitos por conta de mutuários inadimplentes estão sujeitos a encargos financeiros.

NOTA 6 — MUDANÇAS DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir do exercício de 1978, a elaboração, a forma de apresentação e o conteúdo das demonstrações financeiras do BNDE guardarão conformidade com as disposições da nova lei das sociedades por ações, associadas com as de recente legislação tributária. A adoção das novas diretrizes contábeis refletirá na determinação do resultado dos exercícios de 1978 e subseqüentes, principalmente em decorrência:

a) da nova sistemática do cômputo dos efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda, através da correção monetária do imobilizado financeiro e técnico e do patrimônio líquido (até 1977 o imobilizado financeiro não é corrigido monetariamente), e

b) da eventual correção monetária das imobilizações financeiras não-permanentes e subseqüente ajuste com base no método de equivalência patrimonial (ver Notas 1e, e 3).



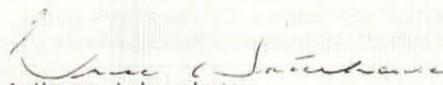
AV. RIO BRANCO, 138 16º AND.
CAIXA POSTAL, 949-ZC-00
20000 RIO DE JANEIRO-R J-BRASIL
TELEFONE (021) 224-6112
TELEX (021) 23283

27 de janeiro de 1978

Aos Senhores Diretores
Banco Nacional do
Desenvolvimento Econômico

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1977 e 1976 e as correspondentes demonstrações do resultado dos exercícios encerrados nessas mesmas datas. Efetuamos nossos exames consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1977 e 1976 e do resultado das operações dos exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente.


Audidores Independentes
CRC-RJ-4
DEMEC-RAI-72/016-PJ

Contador Responsável


Osmar Schwacke
CRC-RJ-3663-9
DEMEC-RAI-72/016-11-FJ



**BANCO NACIONAL DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SEDE

Av. Rio Branco, 53
Rio de Janeiro — RJ
Cep - 20.000 — Telex (021)22466

REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO

Av. São Luiz, 50 — 25º and. — conj. 251 A/C
São Paulo — Capital
Cep-01046 — Telex (011) 21045

REPRESENTAÇÃO NO NORDESTE

Rua Riachuelo, 105 — 7º and.
Recife — Pernambuco
Cep-50.000 — Telex (081) 1294

REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E — 13º and.
Brasília — Distrito Federal
Cep-70.000 — Telex (061) 1190

REPRESENTAÇÃO EM WASHINGTON

Embaixada do Brasil
3007 — Whitehaven Street, N.W.
Washington D.C. 20008 — USA

SUBSIDIÁRIAS

EMBRAMEC

Mecânica Brasileira S.A.
Av. Rio Branco, 31 — 22º and.
Rio de Janeiro — RJ—Cep-20.000

IBRASA

Investimentos Brasileiros S.A.
Av. Rio Branco, 31 — 15º and.
Rio de Janeiro — RJ—Cep-20.000

FIBASE

Insumos Básicos S.A.
Financiamento e Participações
Av. Rio Branco, 31 — 20º and.
Rio de Janeiro —RJ— Cep-20.000

FINAME

Agência Especial de Financiamento Industrial
Rua da Candelária, 60 — 3º and.
Rio de Janeiro — RJ— Cep-20.000

ENTIDADE VINCULADA

CEBRAE

**Centro Brasileiro de Assistência
Gerencial à Pequena e Média Empresa**
Rua da Candelária, 9 — 10º and.
Rio de Janeiro — RJ— Cep-20.000